



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR  
Engenharia

# Falemos de Casas Heterogenia e Habitar - O Bairro Sustentável

André Conceição

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Arquitectura**  
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Miguel Santiago  
Co-orientador: Prof. Mestre Jorge Marum

Covilhã, Outubro de 2011





## Resumo

O tema principal incide sobre a proposta de reabilitação do Bairro do Alto da Cova da Moura, que representa um dos muitos casos de bairros de génese ilegal considerados críticos, que se desenvolveram principalmente nos anos 50 e 60 do séc. XX devido às consequências do planeamento e crescimento urbano da capital e da Área Metropolitana de Lisboa.

A sua proliferação estendeu-se assim na periferia da Cidade de Lisboa, onde alguns bairros como o caso da Cova da Moura já se encontram consolidados embora não integrados no tecido urbano como seria desejável.

O desafio que se coloca, para além das questões que dizem respeito à sua legalização, é a intervenção numa realidade urbana *sui generis* onde os parâmetros legais são demasiado restritivos, procurando regenerar a sua estrutura de forma sustentável para uma melhor relação com todos os intervenientes urbanos.

Assim, sugere-se um projecto de intervenção cujo modelo poderá ser aplicável a casos semelhantes, com vista à integração definitiva destes espaços urbanos.

## Palavras-chave

Bairros críticos, regeneração, urbanismo, heterogenia, habitar.



# Abstract

The main subject relies on a proposal for the rehabilitation of Bairro do Alto da Cova da Moura, representing one of many cases of illegal neighborhoods considered critical, which developed mainly in the 50's and 60's of the 20<sup>th</sup> century by the consequences of urban growth and planning of the capital and Metropolitan Area of Lisbon.

Its proliferation extended to the suburbs of Lisbon where some neighborhoods like Cova da Moura already have consolidated although they are not integrated in the urban tissue like it would be desirable.

The challenge, beyond the legal matters, is the intervention on a particular urban reality where the urban regulations are too restrictive, trying to regenerate its structure on a sustainable way to a better relation with all the urban intervenients.

Therefore, an intervention project is suggested and with its model can be applied to similar cases to achieve definite integration of these urban spaces.

# Keywords

Critical neighborhoods, regeneration, urbanism, heterogeny, dwell.



# Índice

1 Introdução	1
1.1 Abordagem ao tema e metodologia	1
2 Contexto Geral - Origens dos bairros clandestinos na periferia de Lisboa	3
2.1 O crescimento e planeamento da Cidade de Lisboa e da Área Metropolitana de Lisboa	3
2.1 Construção clandestina - Formas de apropriação e modos de vida "clandestinos"	16
3 O Bairro do Alto da Cova da Moura	25
3.1 Enquadramento territorial e definição da área de intervenção	25
3.2 História e evolução da ocupação do bairro	26
3.3 Caracterização urbanística e sócio-cultural	28
3.3.1 Morfologia	29
3.3.2 Edificado	32
3.3.3 Espaços exteriores	34
3.3.4 Acessibilidades	36
4 Proposta de reabilitação do Bairro do Alto da Cova da Moura	39
5 Conclusão	43
6 Bibliografia	44



# Lista de Acrónimos

BACM	Bairro do Alto da Cova da Moura
AML	Área Metropolitana de Lisboa





# 1 Introdução

## 1.1 Abordagem ao tema e metodologia

Pode-se dizer que o Bairro do Alto da Cova da Moura tem, desde as suas primeiras edificações, meio século de existência. As suas origens remontam a um período de transformações demográfico-espaciais e crescimento urbano condicionados pelas dinâmicas sociais, económicas, culturais e políticas, que se verificavam, não só na região de Lisboa, mas um pouco por todo o País no séc. XX. É neste período que se registam modificações profundas na população e no território português, com destaque para a constituição da Área Metropolitana de Lisboa, factor de forte influência na gestão e planeamento de uma região vasta e complexa onde se insere o BACM, para o qual urge soluções urbanísticas.

Assim, em meados do séc. XX, após uma explosão demográfica na AML, vêem-se proliferar as urbanizações clandestinas nas periferias dos centros urbanos, através de um mercado habitacional ilegal resultante da transformação dos solos, constituindo a única alternativa face à oferta do mercado legal, público ou privado.

O Bairro do Alto da Cova da Moura, apesar de albergar uma comunidade heterogénea perfeitamente estabelecida e de se encontrar consolidado no ambiente urbano, representa um problema urbanístico que afecta a sua comunidade assim como o contexto envolvente, resultante da sua génese ilegal, perante o qual se tornou hoje imperativo solucionar através do seu enquadramento legal e arquitectónico no contexto urbano onde se insere. Entende-se ser esta a plataforma para mitigar principalmente os problemas sociais e culturais que resultam da condição do Bairro, contribuindo para uma mudança de paradigma que permite uma melhor inclusão em vários domínios na comunidade local e na sociedade.

Num primeiro capítulo, traça-se resumidamente o processo de crescimento urbano e planeamento da região de Lisboa e particularmente da capital, estando este associado à condição dispersa e desordenada das periferias da AML, onde surgem proliferamente as urbanizações clandestina principalmente na década de 60. Neste contexto, incide-se seguidamente no concelho da Amadora como território de desenvolvimento do Bairro do Alto da Cova da Moura e nas formas de apropriação do alojamento e modos de vida “clandestinos” que caracterizam a vivência e o habitar destas comunidades heterogéneas, de maneira a obter uma melhor compreensão deste fenómeno e da sua realidade.

No capítulo seguinte, analisa-se o BACM de uma forma abrangente e detalhada com base na documentação existente, visitas ao local e contacto com a comunidade, por forma a melhor compreender as suas problemáticas e necessidades.

Por último, apresenta-se uma ideia de projecto que tenta responder às necessidades urbanísticas urgentes do bairro incidindo fundamentalmente no desenho urbano, na remodelação das infra-estruturas e sistema de circulação, intervenção no espaço público e criação de novos equipamentos, optando pelo uso de materiais e tecnologias ecológicas no sentido de sustentar um desenvolvimento “amigo do ambiente”, com o objectivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida desta comunidade e das gerações futuras. Não incidirá projectualmente sobre a habitação em si, uma vez que se considera que o parque habitacional do BACM deve ser preservado o mais possível, na sua composição e morfologia urbana, pelo carácter identitário que lhe fornece e tendo também em conta a necessidade de intervenção mais especializada na sua requalificação.

## 2 Contexto Geral - Origens dos bairros clandestinos na periferia de Lisboa

### 2.1 O crescimento e planeamento da Cidade de Lisboa e da Área Metropolitana de Lisboa



**Figura 1** estabelecida em 1852, no período da Regeneração, que trouxe à cidade uma nova dinâmica com a construção do porto e consequente implantação da indústria, a construção do caminho-de-ferro, culminando na Estrada da Circunvalação que aumentava necessariamente o perímetro urbano.

A segunda metade do séc. XIX viu assistir à última fase de uma sucessão de limites da Cidade de Lisboa, que até então iam encerrando os aglomerados urbanos até à sua delimitação tal como se conhece hoje.

Essa última fase é constituída pela configuração de duas Estradas da Circunvalação. A primeira foi

Com a reforma administrativa de 1885 estabeleceram-se novos limites da cidade e surge a segunda Estrada da Circunvalação que, em grande parte, corresponde actualmente aos limites administrativos do concelho.

Este novo limite assume uma grande expressão no território e no desenho urbano, permitindo perceber o desenvolvimento urbano da cidade de Lisboa e as suas formas de planeamento entre os finais do séc. XIX e os princípios do séc. XX. (Figura 2, 3 e 4)

Neste período de expansão, o Plano de Melhoramentos da Cidade de Lisboa elaborado por duas comissões entre 1865 e 1903 - a última das quais chefiada por Ressano Garcia - representa "uma das primeiras referências de um plano pensado para a totalidade da cidade, com uma dimensão próxima da actual." <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Ferreira, Carlos – O projecto nas periferias: dos limites da cidade à intermunicipalidade



**Figura 2**

Nele estão os principais desenvolvimentos urbanos traçados pelo próprio Ressano, no interior desta barreira fronteiriça, que reflectem um crescimento iniciado com a abertura da Avenida da Liberdade (1879-1886) e da Avenida Almirante Reis (1898), que se prolongaria com as “Avenidas Novas” fazendo a ligação entre a Praça Marquês de Pombal até ao Campo Grande.

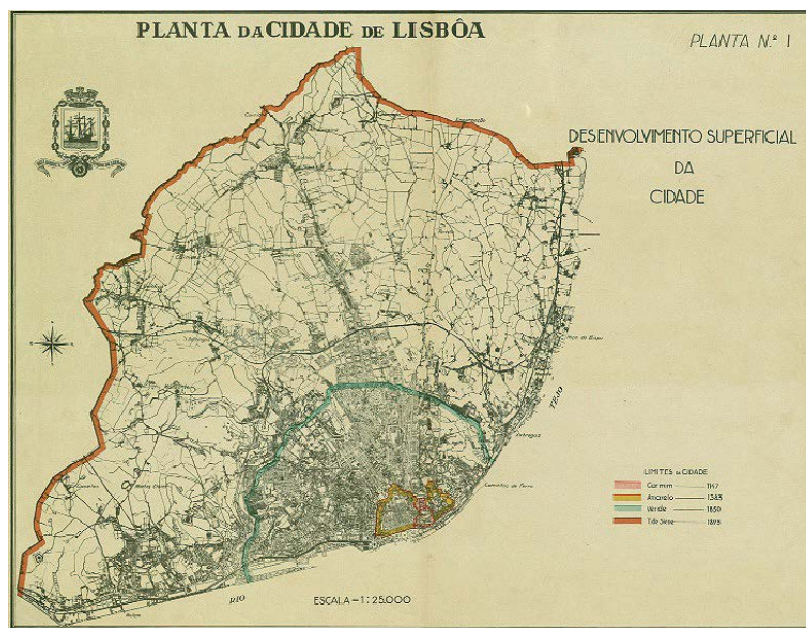
Ressano Garcia previa assim uma expansão radical para norte, impulsionada também pela instalação da rede de tracção eléctrica, que permitia à população ir habitar zonas periféricas, sem contudo abandonar as margens do Tejo onde se desenvolvia a indústria, paralelamente às novas exigências de planeamento da cidade moderna, de grandes avenidas e uma nova ordem, suportadas por uma burguesia emergente.

Para o Arq. Carlos Henriques Ferreira, o traçado desta linha “influenciou os limites de diversas formas de expansão no território metropolitano ao longo do tempo, com diversos processos de apropriação e urbanização, onde o desenho da cidade foi emergindo acompanhado pela evolução das formas de codificação do planeamento urbano e territorial.”

As avenidas de Ressano Garcia, o desenvolvimento das infra-estruturas rodo-ferroviárias, do comércio e das indústrias potencializaram assim esta expansão para o interior do território promovendo o desenvolvimento para os subúrbios, impulsionado por um aumento populacional na capital - entre 1864 e 1900, o concelho de Lisboa passara de 190 311 habitantes para 351 210, o que se deve também, em boa parte, ao aumento da área concelhia.

A mudança de paradigma reflectia uma nova realidade urbana, arquitectónica e social: os bairros da burguesia na zona ocidental da cidade e os bairros dos operários na zona oriental.

O modelo de crescimento da cidade era claramente radial, de influências haussemanianas e inglesas, e baseava-se em quatro elementos estruturantes: o traçado, a praça convergente, o quarteirão e a malha reticulada, que se adaptaram à topografia e escala da cidade, configurando os seus bairros.



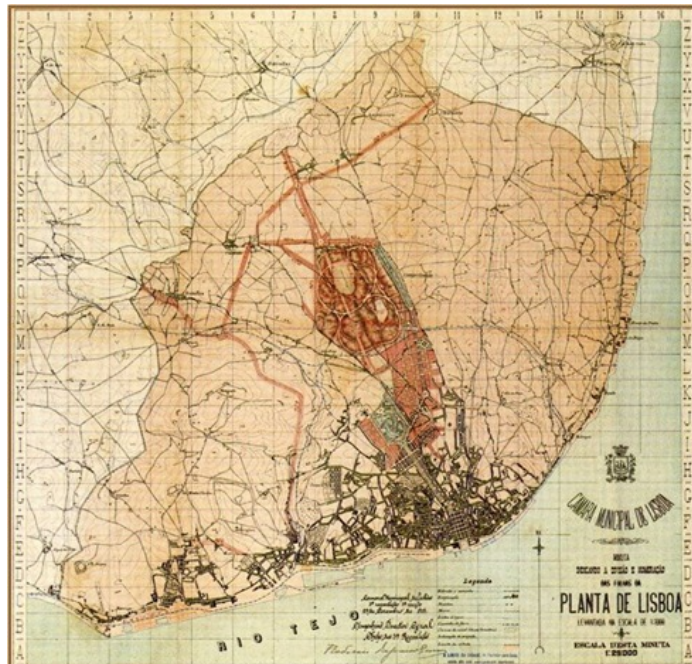
**Figura 3**

Na primeira metade do séc. XX, coincidindo com o aparecimento do Modernismo e do Movimento Moderno na arquitectura, a cidade de Lisboa sob o regime do “Estado Novo” vê a sua malha urbana desenvolver-se com grandes equipamentos públicos e privados, de que são exemplo o Instituto Superior Técnico e o Parque Mayer de linguagem modernista. À escala metropolitana, a transição para o novo século, politicamente instabilizada pelo período Republicano e a primeira fase do salazarismo, pouco acrescentou ao panorama urbano da região.

Porém, em termos demográficos, a área metropolitana de Lisboa estava já num processo de grandes modificações, registando em 1930 uma população de 814 581 habitantes, onde só a capital representava 73%, a restante margem norte 18% e a margem sul apenas 9%, o que representa um aumento significativo comparativamente a 1864 onde se registavam apenas 284.837 mil habitantes na totalidade da região.

Numa época de desenvolvimento impulsionado pela industrialização, vivia-se um período de forte crescimento demográfico, com problemas de alojamento, agravados pela inexistência de políticas habitacionais e urbanas persistentes durante os anos da I República.

No regime no Estado Novo, instituído em 1926, surgem as primeiras preocupações do planeamento para além das principais cidades, através do DL 24 802 de 21 de Dezembro de 1934, obrigando à elaboração de instrumentos de planeamento para os aglomerados com maior previsão de crescimento. Abriram-se assim caminhos para a afirmação dos municípios como entidades autónomas administrativas, ao mesmo tempo que se incentivava à cooperação intermunicipal.



**Figura 4**

Desta forma, e com maiores possibilidades, iniciou-se em 1938 o Plano Director de Urbanização de Lisboa (Plano de Gröer), de princípios modernistas, que só seria concluído dez anos mais tarde embora aprovação governamental. Mesmo assim, este plano foi marcante no desenvolvimento urbanístico da cidade, servindo como referência aos planos que se seguiram.

A sua revisão, que constituiu o PDUL de 1959 (Guimarães Lobato), manteve a maior parte das propostas, introduzindo apenas algumas alterações entre as quais a construção da Ponte sobre o Tejo a partir de Almada, uma auto-estrada a contornar o Parque de Monsanto de Alcantara até à Buraca, e a construção de duas auto-estradas, uma para o Norte e outra para Sul na continuação da ponte.

Com o aumento do tráfego automóvel, o arranque da rede de metropolitano, a construção da Ponte sobre o Tejo e o início do processo de terciarização do centro e do crescimento dos arredores da cidade, a CML encomendou a realização do Plano Geral de Urbanização da Cidade de Lisboa (PGUCL de Meyer-Heine) concluído em 1967 e publicado em 1977, que ainda com a estrutura do plano de Gröer, no essencial visava criar um eixo Norte-Sul de atravessamento do município, o prolongamento da Av. da Liberdade e dividir a cidade em “unidades base de planeamento” designadas por Unidades de Ordenamento do Território.

No entanto, no fim da primeira metade do séc. XIX, a região de Lisboa era ainda “uma cidade de burocracia com alguns estabelecimentos industriais e um hinterland com forte componente rural.”

Com a Segunda Guerra Mundial intensificou-se o desenvolvimento industrial, ao qual a guerra colonial iniciada em 1962 deu continuidade, o que gerou empregos no sector e fez também aumentar a emigração, atraindo a população rural à metrópole.

Porém, o território urbano da metrópole não se encontrava preparado para esta transformação demográfica, o que perante o fraco poder aquisitivo desta nova população, leva à proliferação de bairros e barracas e dos loteamentos clandestinos na coroa da cidade lisboeta, onde durante muito tempo subsistiram extensões de terrenos sem construção.

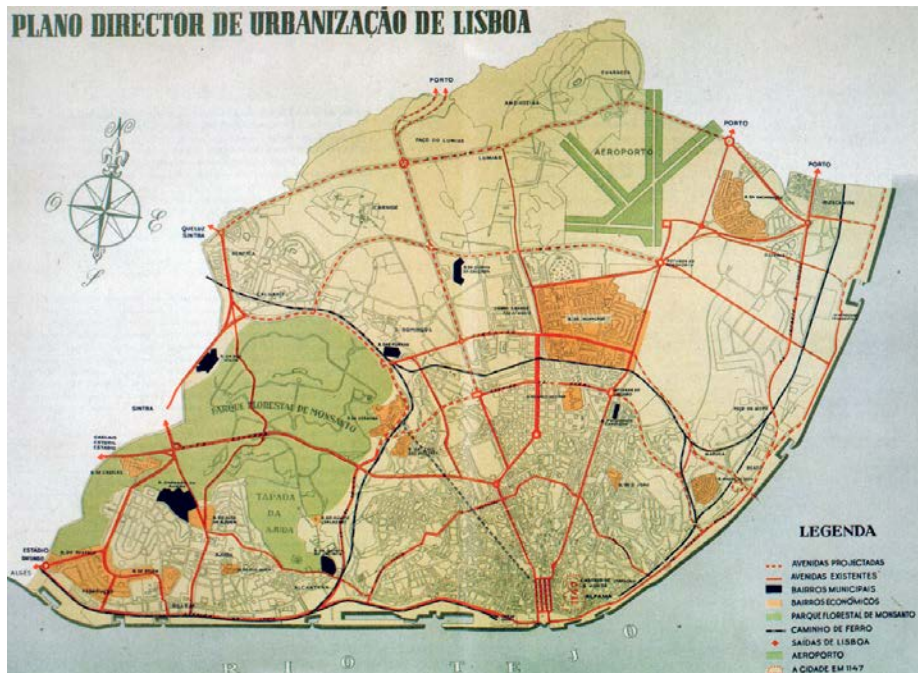


Figura 5

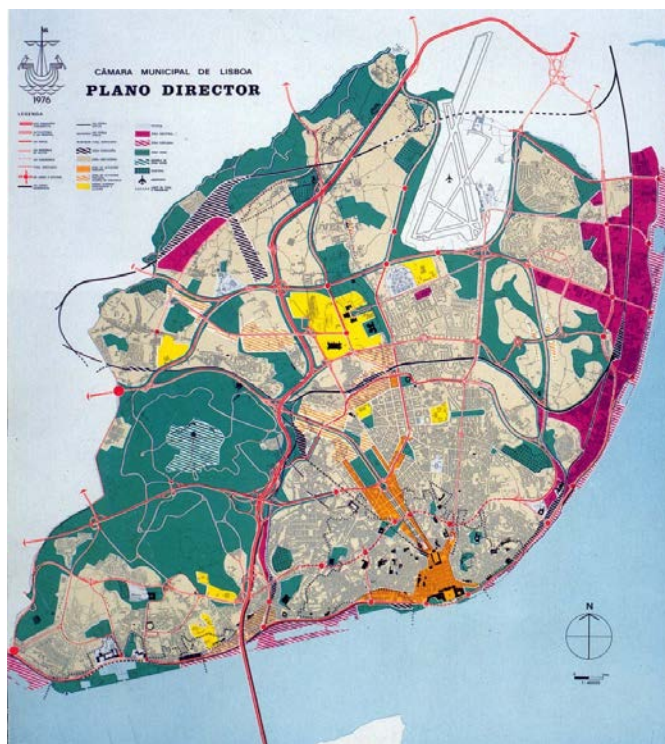
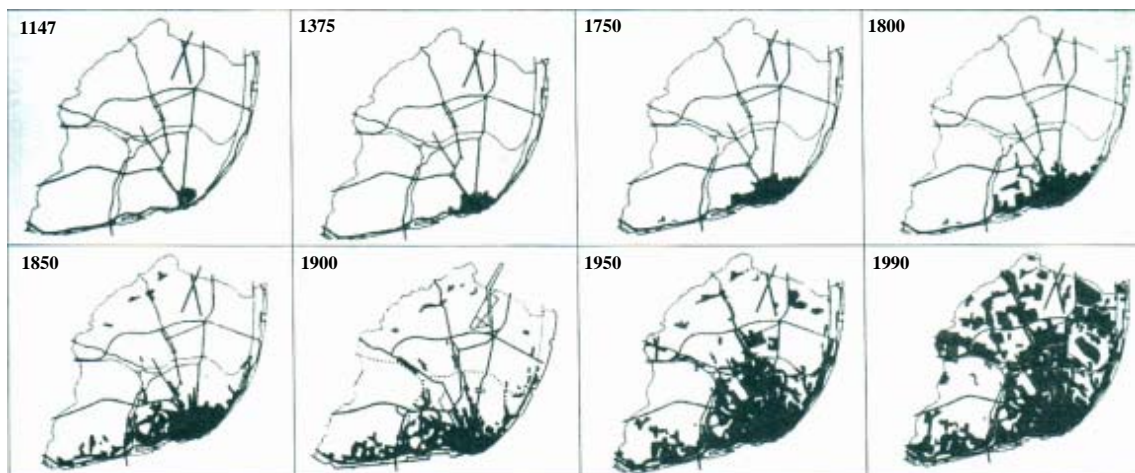


Figura 6

Os efeitos da legislação dos anos 30 manifestaram-se tardiamente através dos planos de urbanização municipais, que mesmo assim, tinham falta de uma gestão e planeamento integradas a nível metropolitano, além de uma grande rigidez e burocracia. No entender do Arq. Carlos Henriques Ferreira, “as áreas limítrofes dos limites administrativos dos municípios da área metropolitana são espaços propícios a apropriações clandestinas e de ocupação ambígua, revelando-se alvos fáceis à especulação privada e lugares de projecto urbano adiado, mesmo quando as cidades são objecto de planeamento para a totalidade do seu território municipal.”

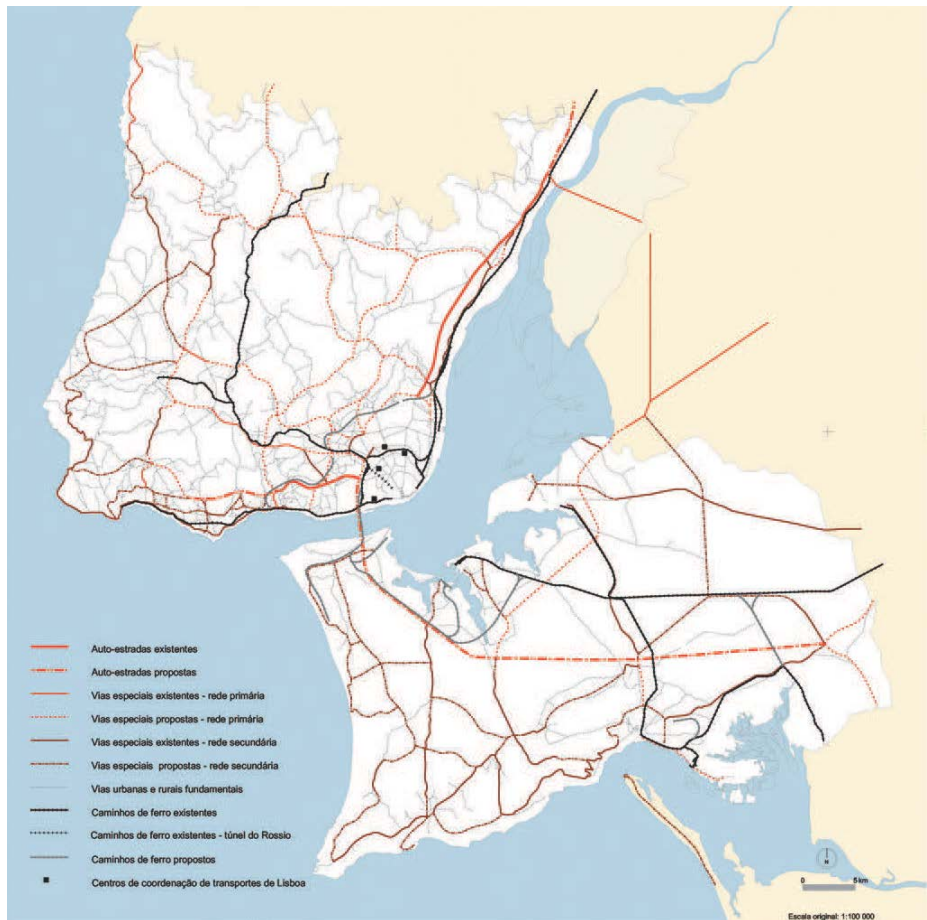
A mancha construída contínua estendia-se já para lá dos limites administrativos da cidade de Lisboa, registando em 1960 uma população de 802.230 mil habitantes, o que representa 58% da totalidade da área metropolitana. Comparativamente, os restantes municípios da margem norte representam 28% e os da margem sul apenas 13%. Assim, tem-se um crescimento demográfico exponencial em toda a região relativamente às décadas anteriores.



**Figura 7**

O conjunto destes factos levou à realização do Plano Director da Região de Lisboa de 1964, constituindo o primeiro documento de reflexão do território metropolitano como uma entidade em si e que deu início à configuração da Área Metropolitana de Lisboa. No entanto, “o plano propôs uma estrutura urbana em modelo radial clássico, ao longo dos eixos de transporte principais, não abordando a análise e eventual controlo dos processos de produção do meio urbano, o que deixa em auto-gestão a evolução dos tecidos e a sua estruturação ao nível municipal. Abriu-se ainda mais a porta a um desenvolvimento urbano veiculado pelo loteamento, legal ou clandestino mas certamente desenquadrado e avulso”, que se começava a verificar nas periferias. <sup>2</sup>

<sup>2</sup> George, Pedro, Morgado, Sofia, Dinâmicas de uso e ocupação do solo no território metropolitano de Lisboa 1940-2001



**Figura 8**

O Arq. Bruno Soares refere que, “ao ignorar esta realidade, o PDRL manteve um vazio sobre a expansão peri-urbana, a qual está na base de um grande equívoco sobre gestão dos espaços rurais metropolitanos e sobre os limites do urbano e do rural, equívoco que se mantém até à realização do Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) da área metropolitana de Lisboa (2001).”

Desta forma, há uma desadequação das políticas e do planeamento à realidade territorial da região de Lisboa, causada por esta “negligência” da Administração Central relativamente às transformações e dinâmicas que decorriam no território metropolitano.

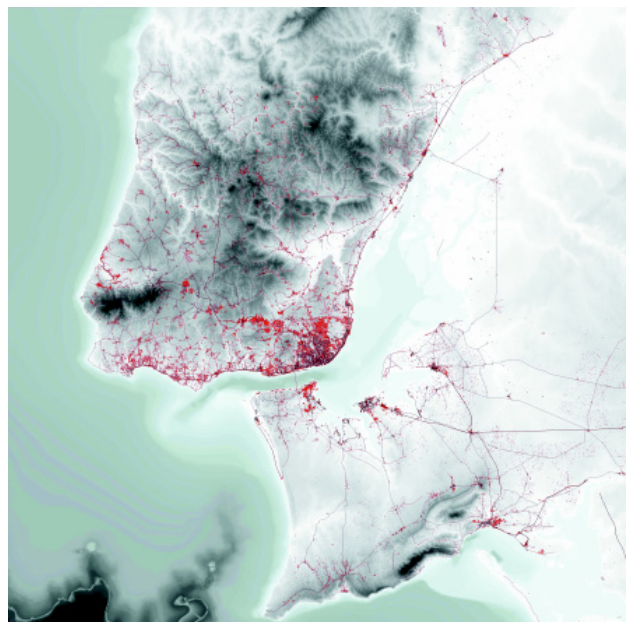
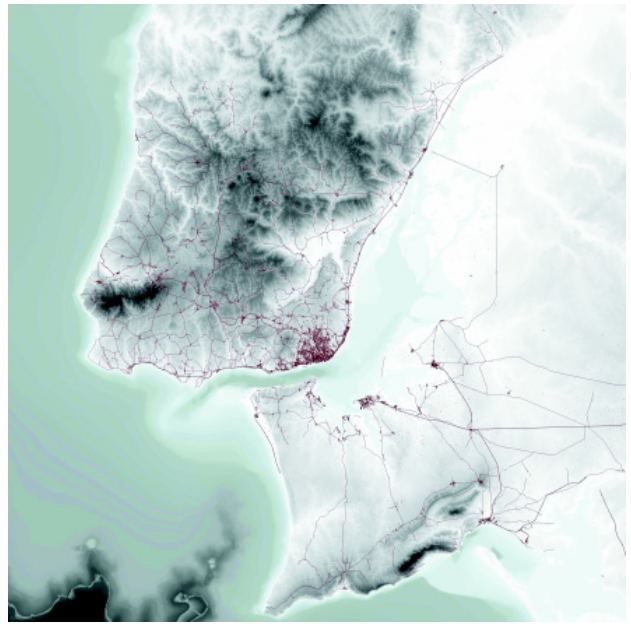
Após o 25 de Abril essas transformações intensificaram-se com a explosão demográfica provocada pelos fenómenos migratórios da descolonização e da imigração de populações maioritariamente vinda dos PALOP, que se instalaram em áreas distintas da AML conforme o seu “estatuto sócio-económico”, ou seja, nos concelhos periféricos e algumas áreas perto do centro da cidade.

Esta situação levou a que as autarquias procurassem soluções localmente para “os fenómenos da suburbanização e das ocupações peri-urbanas de génese ilegal, onde a pressão social exigia a consolidação do direito de propriedade, através da legalização dos loteamentos e das construções, e a integração urbanística dos Bairros.”

Surgem assim os Planos Directores Municipais na década de 80, cuja obrigatoriedade viria a ser imposta com o Decreto-Lei n.º 69/90 constituindo um marco no planeamento do território. A sua concretização, porém, revelou-se extremamente diversificada e fragmentada no território pela variedade tipológica da classificação dos espaços, resultante da ausência de planos regionais, demonstrando a complexidade da gestão e uniformização das soluções urbanísticas à escala metropolitana.

Até aos anos 90 pouco foi feito para melhorar a situação urbanística da região de Lisboa, que espelhava um crescimento urbano desqualificado e desordenado pela via do loteamento (legal e ilegal) e uma segregação espacial urbana provocada por rupturas sociais.

No entender de George e Morgado, “constituiu-se, com densidade suficiente para ser “posta no mapa”, uma periferia funcionalmente integrada que confere a forma territorial actual à AML, dentro do binómio funcional urbano-rural. Quer isto dizer que mesmo o território pseudo vazio de edificação, onde a actividade predominante é (aparentemente) rural, já está integrado na lógica urbana, quer a nível de preços (que já se formam com a mais valia urbana na equação), quer a nível dos usos potenciais, quer pelo modo de vida das populações que o exploram ou detêm.”



**Figura 9**

Chegados os anos 90, apesar do decréscimo da população na capital esta continua a ser o pólo principal no conjunto metropolitano, que viu consolidarem-se os anteriores núcleos urbanos, entretanto desenvolvidos e espalhados ao longo das radiais que estruturam o modelo de crescimento da região. Se se associar a entrada na Comunidade Europeia em 1986, tem-se um conjunto de factores que levaram à constituição da Área Metropolitana de Lisboa em 1991, entidade que representa de uma forma específica a associação dos 18 municípios pertencentes às unidades territoriais da Grande Lisboa e da Península de Setúbal, cujo órgão representativo é a Junta Metropolitana.

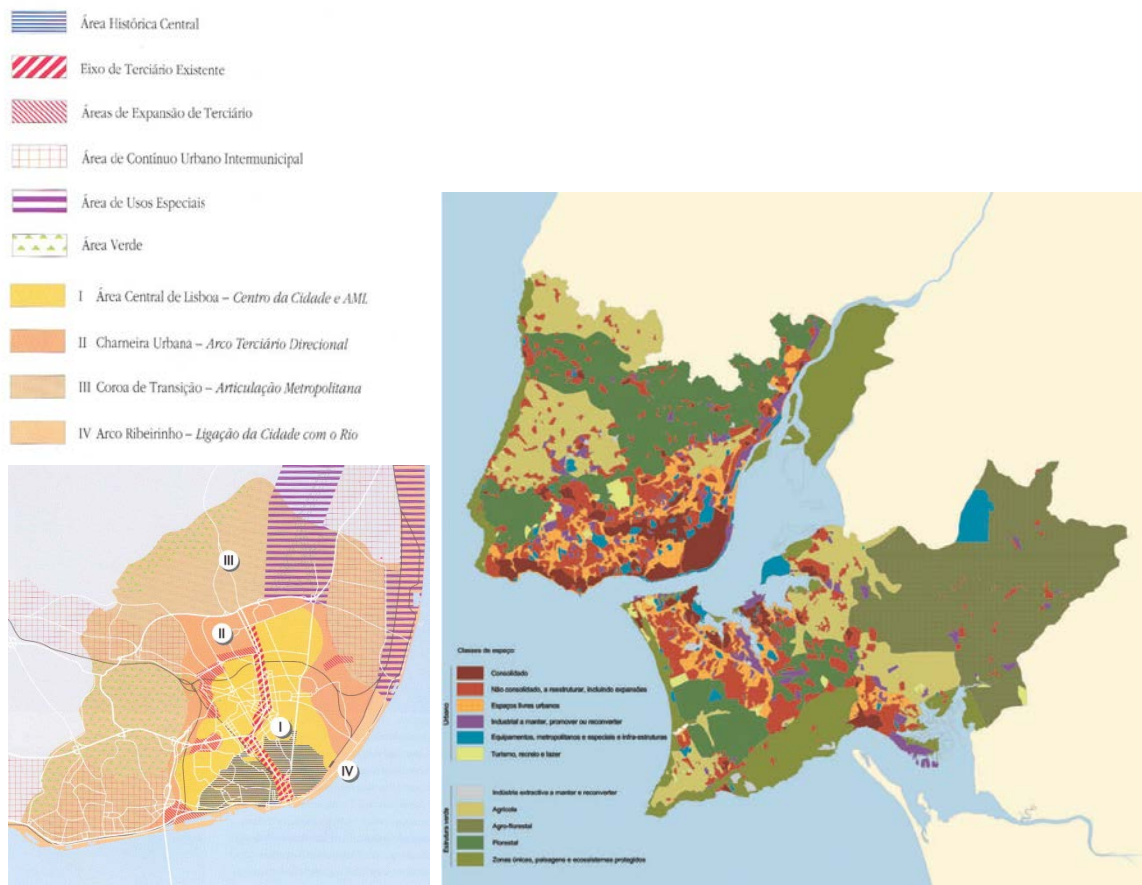
Todas estas transformações urbanas reflectem por outro lado as dinâmicas funcionais do território. O centro terciário de comércio e serviços que há muito ocupava a baixa migrou para norte, fixando-se na zona das avenidas. A baixa deixara de ser o centro para passar a ser um centro, perdendo alguma atractividade, onde se mantêm a maior parte da administração pública do país e do município de Lisboa, embora os serviços se encontrem na zona do Campo Grande. No município e nas periferias têm-se desenvolvido “novas centralidades” com a instalação de pólos empresariais de uso misto que têm dinamizado estas áreas.

Relativamente à habitação, o panorama é bastante diversificado com uma variedade de realidades urbanas compostas por habitações de luxo, prédios degradados e velhos nos centro urbanos, barracas e apartamentos, e urbanizações clandestinas dispersas nas áreas peri-urbanas, num mercado fortemente segmentado e dominado principalmente pela iniciativa privada até aos anos 70. Desde então intensificou-se a intervenção da administração pública com procedimentos de reabilitação do centro histórico e das habitações degradadas, incentivos à habitação e realojamento de populações, legalização e obras de urbanização em alguns bairros clandestinos, entre outros.

Desta forma, em 1990, a CML aprova a elaboração do Plano Estratégico de Lisboa, concluído em 1992, “visando estabelecer as linhas orientadoras da actuação municipal no sentido do ordenamento e desenvolvimento da cidade”, através do recurso a diversos instrumentos urbanísticos, em articulação com o PDM, com o objectivo de revitalizar e modernizar a capital. O resultado foi um documento estratégico inovador, que integrava “um modelo urbanístico espacializado e diferenciado em 4 áreas ou unidades territoriais”, com um horizonte de realização para o ano 2000.

Nesta década a Cidade de Lisboa foi alvo de grandes melhoramentos ao nível da infra-estruturação do “saneamento, rede viária, estrutura verde e recolha selectiva do sistema de resíduos sólidos urbanos, dotação de alguns equipamentos colectivos nomeadamente de lazer e, fundamentalmente, com as importantes operações de requalificação da zona ribeirinha”, cujo maior exemplo é a realização da Expo 98’.

Ao nível do planeamento para a AML realizou-se em 1992 o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML) que definia a estrutura de ocupação e uso dos solos à escala metropolitana, articulando assim com os planos municipais com vista à organização e enquadramento do território, particularmente dos espaços urbanos. No entanto, o plano acabou por não ser aprovado, sendo elaborado um outro apenas em 1999.



**Figura 10**

Resumidamente, a Área Metropolitana de Lisboa é o resultado de um crescimento urbano português, que teve uma explosão demarcadora na segunda metade do séc. XX, caracterizado pela falta de planeamento e gestão do território, resultando na dispersão peri-urbana e na ocupação desordenada do solo. De acordo com Barata Salgueiro, esse facto deveu-se principalmente à falta de vontade política, cujas iniciativas e medidas territoriais, urbanísticas, sócio-económicas e culturais se revelaram desenquadradas e desajustadas às dinâmicas e transformações que ocorriam no território, estabelecendo assim um desfazamento, o que fez sobressair os inúmeros problemas com que a região se debateu.

O modelo da cidade tradicional, compacta, e os ideais modernistas revelaram-se inconsistentes perante “a mudança de escala devido ao crescimento demográfico e a motorização da sociedade com base no automóvel.”

A verdade é que, independentemente das decisões políticas, “a dispersão urbana nas periferias das cidades e das construções nos espaços rurais mais densamente povoados, (...) é uma realidade incontornável que deve estar na base de qualquer política de ordenamento e que constitui uma parte importante da matriz de planeamento do território.”

Esta forma de crescimento urbano da Área Metropolitana de Lisboa deve-se a uma estrutura urbana baseada nos eixos de transporte radiais, monocêntrica, e geradora de grandes desequilíbrios funcionais e sociais no conjunto do território.

A hegemonia da cidade de Lisboa impediu, neste processo, o desenvolvimento de uma estrutura metropolitana policêntrica, o que fez também com que perdesse 29,6% dos seus habitantes entre 1960 e 2001.

Nesse sentido, nas últimas décadas a Área Metropolitana de Lisboa tem vindo a consolidar-se, com a realização do PROTAML e uma nova postura urbana nas intervenções ao nível municipal, traduzida na estruturação e integração das periferias dispersas; novas frentes urbanísticas e a regeneração da frente ribeirinha com destaque para a realização da Expo 98’; a renovação e qualificação dos subúrbios; a realização de eventos internacionais como a Expo 98’ que revitalizou a vertente cosmopolita da capital, trazendo novas gentes de diferentes culturas e interesses à região, levando a um aumento do turismo.

No entanto, falta “uma efectiva articulação e integração metropolitana e um suporte conceptual e metodológico que deia coerência estratégica e operativa.”

De uma forma global, creio que apesar de algumas melhorias no planeamento e no urbanismo, subsistem ainda problemas cuja raiz se encontra no modelo de planeamento urbano-industrial do sistema capitalista que encara a cidade como uma “mega-máquina”, ajudando a regular o funcionamento produtivo do crescimento económico.

Quanto à habitação, o aparecimento do mercado informal está também relacionado com o capitalismo uma vez que este enquanto sistema, ao ter como “motor da sua perpetuação a desigualdade sócio-espacial, conducente à geração de mais-valia e lucro, nunca produzirá as casas de acordo com as necessidades das populações, mas sim o alojamento enquanto mercadoria e produto imobiliário que apenas interesse à sua reprodução como sistema.”

Barata Slagueiro exemplifica com o facto de os “booms” imobiliários coincidirem “com a transferência do capital do circuito primário de acumulação (a esfera produtiva) para o circuito secundário (produção do ambiente construído) (...) em épocas de excesso de liquidez e problemas de acumulação registadas no processo produtivo.”

Assim, entende-se a “explicação da urbanização clandestina como fortemente dependente da relação dialéctica entre as sucessivas crises do processo de acumulação de capital e a produção do espaço construído.”

O urbanismo comandado de cima para baixo com propostas idealizadas no âmbito estratégico da condução política do estado capitalista, resultou num “metabolismo linear” baseado na dicotomia centro/periferia e alimentado a energias fósseis e poluentes.

Naturalmente, este modelo leva a um esgotamento ambiental que nas últimas décadas tem despertado consciências. Assim, desde os finais dos anos 80 até agora surgiram algumas iniciativas estruturantes no pensamento sobre a cidade no sentido da sua integração no território como um “eco-sistema”, surgindo algumas intervenções que demonstram alternativas.

Está-se assim numa transição de paradigma, onde é preciso implementar uma Nova Ética de ordenamento do território, com base num urbanismo construído de baixo para cima, desenvolvendo processos locais participados e ajustados a contextos e situações específicas, onde a cidade se deve integrar implementando um metabolismo circular, transformando e reciclando os seus resíduos em regeneração produtiva e alimentando-se de energias renováveis, em prol de um desenvolvimento ecologicamente sustentado.

## 2.2 Construção Clandestina - Formas de apropriação e modos de vida “clandestinos”

*“Os bairros clandestinos existiam e existem devido a um conjunto de circunstâncias que os tornavam um mal necessário.”*

Teresa Barata Salgueiro

O crescimento urbano acelerado e tardio promovido por um processo de industrialização no litoral do País, que provocou assimetrias na distribuição da população e um desenvolvimento urbano centralizado em contraste com a degradação sócio-económica do campo, originou uma forte pressão urbanística na capital tendo efeitos nas formas urbanas e nos modos de apropriação da cidade, associados a uma forte divisão social do espaço urbano, com incidência nas periferias.

A explosão demográfica induzida pelos fenómenos migratórios da década de 60 e 70 veio agravar a situação urbanística na região lisboeta, provocando uma procura habitacional crescente perante a qual o mercado de habitação legal, público e privado, não tinha capacidade de resposta, o que deu origem à criação de um mercado paralelo clandestino que constituía a única solução para a população de menores recursos, maioritariamente imigrante.

Importa referir que já existiam alguns bairros de construção clandestina nomeadamente na década de 30 no concelho de Lisboa e na periferia, embora o seu desenvolvimento era circunscrito e controlado não tendo grande representação no panorama urbano. No entanto, o aumento significativo da população na região na década de 60 levou ao aparecimento de um mercado paralelo, demonstrando as fragilidades da Administração Pública na promoção habitacional e produção de solos urbanos, bem como as fragilidades do planeamento e modelo de crescimento adoptados.

Esta tendência acentuou-se “com a publicação do Decreto-Lei 46673, de 29 de Novembro de 1965, que vem reconhecer que “...a iniciativa privada tinha capacidade para satisfazer a procura de solo urbanizado” (Pardal e Costa Lobo, dissertação Isto fez com que o loteamento urbano fosse liberalizado, permitindo aos privados adquirir, infra-estruturar e lotear terrenos, perante a desresponsabilização do Estado, o que levou à intensificação da especulação fundiária.

Consequentemente, a origem do mercado clandestino está não só na falta de oferta da promoção pública (através de incentivos ao sector privado ou de produção de habitação social) e privada, que era dominada pelos grandes grupos imobiliários perante a passividade do Estado, mas também nos “desajustamentos que se verificaram ao nível do mercado de solos” que conduziram à proliferação das urbanizações clandestinas. (Maria Teresa Pinto cit in Ana Santos)

A falta de políticas de enquadramento do fraccionamento da propriedade rústica na legislação urbanística, sobretudo nas periferias dos aglomerados urbanos, além da burocracia do processo de loteamento e a rigidez do planeamento urbanístico, levou ao aparecimento dos loteamentos clandestinos, através do qual se realizaram urbanizações clandestinas com incidência nessas áreas. (Fátima Matos)

Os loteamentos clandestinos definem-se como “parcelamentos de terrenos rústicos sem licença de loteamento nem de urbanização camarária que não possuíam infra-estruturas de saneamento e foram, por isso, vendidos a preços muito inferiores aos do mercado legal e onde se constroem, à revelia da fiscalização, habitações.”

Logo, o conceito de clandestino, estando associado ao não cumprimento das normas legais, reflecte um desfasamento entre o quadro jurídico-institucional e a realidade social. (Ferreira e Salgueiro cit in Fátima Matos)

“As leis urbanísticas impostas pelo Estado vão, na verdade, favorecer os interesses dos grandes proprietários e agentes imobiliários, defendendo a propriedade privada, os grandes projectos privados, marginalizando as pequenas empresas e as populações de menores recursos que procuram instalar-se na cidade.” (Fátima Matos)

Com as grandes obras públicas realizadas no sector das estruturas viárias de comunicação, a valorização dos terrenos agrícolas e florestais adjacentes às principais acessibilidades, fez com que a promoção privada implementasse também construções nas áreas periféricas, de grandes empreendimentos habitacionais destinados aos estratos sociais mais abastados. Consequentemente, os pequenos e médios promotores-construtores e as camadas populacionais de menores recursos financeiros, são remetidos para áreas mais afastadas onde desenvolvem as construções clandestinas, num período em que as explorações agrícolas, florestais e pecuárias iam sendo abandonadas. (Fátima Matos e Ana Santos)

Assim, assiste-se a uma grande pressão urbanística no centro da metrópole por parte dos grupos sociais mais abastados (gentrification), e a uma ocupação periférica desordenada pelo loteamento e construção ilegal, realizados por grupos sociais de menores rendimentos, mas também pelos empreendimentos habitacionais de promoção privada, coexistindo o mercado dual de habitação (leal e ilegal) nas áreas peri-urbanas.

O confronto destas realidades sociais e urbanas reflectem uma descontinuidade e contraste no tecido sócio-espacial em que se inserem, uma vez que “a proximidade espacial das áreas de residência não se reflecte automaticamente no aumento das interacções sócio-espaciais positivas entre vizinhos com diferentes “backgrounds” étnicos e sócio-culturais.”

Esta não integração urbana provocada por uma ruptura entre tecidos sociais justapostos, que dissocia o conjunto da envolvente, é evidente tanto na oferta habitacional de condomínios fechados e de luxo, como “no processo de marginalização dos territórios, quando este corresponde a uma representação negativa dos espaços, geralmente associada à presença de condições inferiores à norma em termos de acessibilidade, infra-estruturas e serviços, ao abandono pelos investimentos, por diminuição da rentabilidade da ocupação face ao crescimento de oportunidades de investimentos noutros lugares ou ainda à concentração de indivíduos ou grupos desfavorecidos e/ou excluídos socialmente que garantem a atribuição de conotações negativas aos territórios, afectando o seu valor na escala de prestígio.” (Barata Salgueiro, 2000 cit in Luís Mendes)

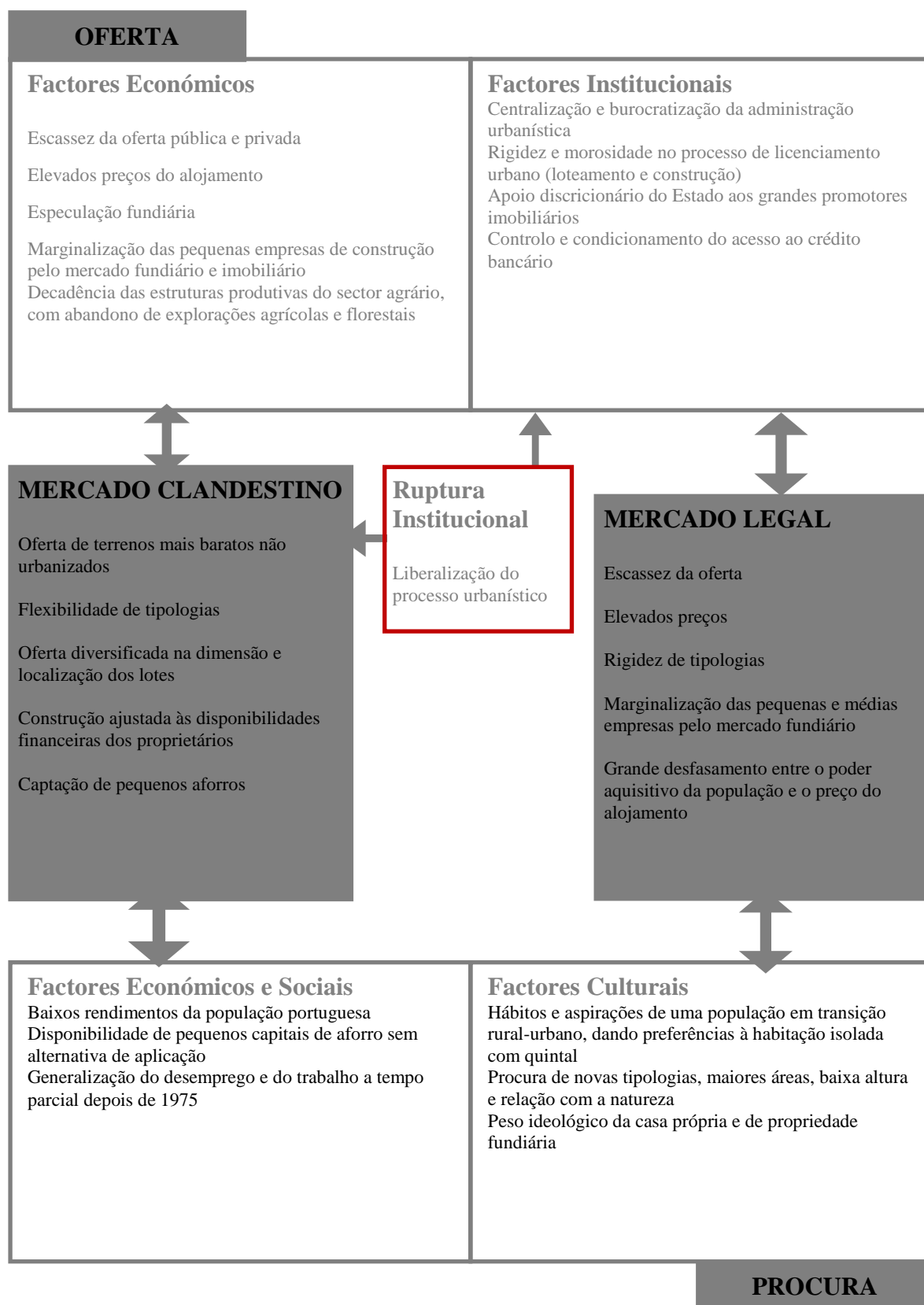
Desta forma, a construção clandestina expressa “a aliança conjuntural de agentes sociais muito diferenciados (capital industrial, pequeno e médio capital fundiário e imobiliário, alguns estratos da população e o próprio Estado) e as suas estratégias de ajustamento face a um crescente desfasamento entre políticas urbanas e necessidades sociais reais, à inoperância e ineficácia da própria legislação e, de um modo geral, à fragilidade e vulnerabilidade das estruturas sociais e económicas do país” (Pinto, Maria cit in Santos, Ana)

Relativamente ao processo de construção clandestina e aos agentes que nele intervêm, descrever-se-ão as principais fases que o caracterizam e o tipo de intervenção realizada pelos quatro principais agentes: os loteadores clandestinos, os novos proprietários urbanos, as organizações locais de moradores e as autarquias locais.

O processo começa naturalmente com o loteamento de terrenos, levado a cabo pelo loteador clandestino, que serve de mediador entre o proprietário dos terrenos e a população que se pretende instalar.

Um ponto comum e essencial é o baixo preço desses terrenos, resultante da sua localização, falta de investimentos em obras de urbanização e de muitas vezes poder ser pago por partes ao longo do tempo.

Após a aquisição do terreno, faz-se o parcelamento sem qualquer critério de ordenamento urbano, sendo apenas abertos alguns arruamentos, e procede-se posteriormente à venda dos lotes no próprio local para construção.



Esquema adaptado de Fátima Loureiro Matos que resume as principais causas e factores deste fenómeno

A ocupação dos lotes, a construção e tipologias são ao critério dos proprietários, sendo este um processo de construção evolutiva, que se realiza com entreaajuda, "de qualidade muito variada, prolonga-se por vários anos e não é feita de uma só vez, normalmente começa-se pelo corte de árvores e aplanamento do terreno, arranjo ou alargamento de caminhos, abertura de um poço, construção da fossa e uma edificação pequena tipo anexo, no fundo do lote, que, com o tempo e conforme as possibilidades financeiras da família vai sendo ampliada. Em outros casos, faz-se a estrutura e só mais tarde os acabamentos."

Para a maior parte das populações envolvidas, este processo permite assim uma melhor gestão dos recursos financeiros, provenientes maioritariamente de poupanças familiares, que não eram suficientes para aquisição de habitação no mercado legal e podiam ser aplicados faseadamente no mercado clandestino. Deste ponto de vista, pode dizer-se que "trata-se portanto de uma forma "não-capitalista" de produção sem capacidade de se expandir para além do limite de satisfação de uma necessidade básica - a habitação."

Relativamente à caracterização social da população que recorre a este mercado, "verifica-se que pertencem às classes sociais mais baixas, operários industriais, qualificados ou não, da construção civil, pequenos comerciantes e emigrantes, quase todos com ascendência camponesa, ou então, nascidos em distritos rurais e normalmente com um baixo nível de escolaridade."

Talvez por isso, há uma clara preferência pela moradia individual com quintal e jardim, que lhes possibilita cultivar para consumo próprio ou venda, e também construir um anexo para pequenos trabalhos ou ampliação da própria casa.

Um aspecto típico é a falta de infra-estruturas básicas como a água, luz e gás, assim como os próprios arruamentos e equipamentos, que vão sendo conseguidos geralmente ao longo do tempo, com a persistência e reivindicação dos moradores organizados em Comissões junto das entidades administrativas locais.

No entanto, no quadro das fases evolutivas da construção clandestina de um modo geral, as obras de urbanização e infra-estruturação representam a última fase, realizando-se maioritariamente após a década de 80. A primeira fase, até ao 25 de Abril, é caracterizada por uma construção mais dispersa e pontual, intensificada numa segunda fase, no período 1974-1975, com a densificação dos bairros pré-existentes e a intensificação da construção clandestina de segunda habitação.

Desta forma, o processo de construção clandestina "... altera as etapas de urbanização exigidas pela legislação vigente, (ou seja): loteamento - construção - infra-estruturas, em vez de loteamento - infra-estruturas - construção."

Na sequência do contexto traçado, com a revolução de 25 de Abril de 1974 acentuaram-se estas transformações urbanísticas após a chegada dos retornados das ex-colónias e a vinda de muitos imigrantes oriundos dos PALOP, num período conturbado de instabilidade política e económica.

Talvez por isso, o pós-25 de Abril foi marcado por uma maior aposta na habitação social, resultado da nova atitude democrática do regime político, que promoveu também incentivos de apoio à produção e acesso à habitação com destaque para a criação do programa S.A.A.L. (Serviço de Apoio Ambulatório Local). Este programa actuava directamente com a colaboração dos próprios moradores organizados em Comissões ou Cooperativas, contribuindo com uma solução mais eficaz para a resolução do problema da habitação. Foi uma iniciativa marcante na qual colaboraram diversas áreas em prol de uma habitação social condigna e que serve ainda hoje de referência para os Estudos Urbanos.

Porém, este programa foi extinto em 76 e desde aí a contribuição do Estado para a habitação social foi diminuindo e aumentando o apoio à promoção privada, o que perante a crise económica e a instabilidade política se manifestou na insuficiência de produção habitacional e consequente expansão da construção clandestina, chegando a representar 40% do total de construção realizada entre 1971-1981.(Fátima Matos)

Com o uso cada vez mais frequente do automóvel associado a uma rede de infra-estruturas bastante abrangente, assim como a melhoria de qualidade e preços de uma rede de transportes públicos ao serviço da população, levou a que, "inevitavelmente, o processo de urbanização se traduzisse "na dispersão peri-urbana e rural, dando origem a "Ilhas-Subúrbio" (pacotes de habitação densificados e sub-equipados), a "subúrbios-jardins" de génese ilegal (extensas áreas de loteamento para moradias, sem infra-estruturas) e a construções isoladas no espaço rural reproduzindo as formas de povoamento tradicional," que caracterizavam uma periferia de ocupação diversificada, e marcariam a realidade do território urbano da Área Metropolitana de Lisboa até aos anos 90.

É neste contexto que cresce e se desenvolve a Amadora, num território na periferia de Lisboa, que tem a sua origem na divisão da antiga freguesia de Benfica cortada pela Estrada da Circunvalação. Para além das urbanizações de moradias de cariz rural e os blocos habitacionais em altura que surgiram depois dos anos 50, juntam-se também os bairros clandestinos e os grands ensembles típicos dos anos 60 e 70 nas suas imediações, que compunham a paisagem peri-urbana da região de Lisboa. Ainda enquanto freguesia pertencente ao Concelho de Oeiras desde 1916, a Amadora registou um aumento populacional de 47 355 habitantes em 1960 para 112 260 em 1970. A partir de 1979, quando a Amadora é constituída Concelho, torna-se num dos concelhos periféricos de Lisboa com mais população e em 2001 é mesmo o concelho com mais habitantes por quilómetro quadrado atingindo os 7 383 hb/km<sup>2</sup>, mais do que o concelho de Lisboa que se segue com 6 606,9 hb/km<sup>2</sup>. Para isso contribui também o facto de ser um dos municípios mais pequenos do País com apenas 23,8 km<sup>2</sup>.

A maioria dos imigrantes oriundos dos PALOP e alguns retornados instalaram-se nesta região que ficou bastante afectada, aumentando a construção de bairros clandestinos, sendo a Amadora considerada a cidade mais cabo-verdiana do mundo.

Este crescimento deve-se também ao facto da Amadora se encontrar no centro de um dos corredores de expansão da área metropolitana - Lisboa-Amadora-Sintra - de grande concentração urbana e servido pela linha férrea de Sintra, ao qual se acresce a oferta habitacional e a proximidade da capital.

No âmbito da expansão peri-urbana, esta fase entre os anos 70 e 90 representa a maior fase de desenvolvimento do mercado ilegal e consolidação de urbanizações clandestinas.

Com o abandono de algumas quintas, a apropriação ilegal tornou-se a mais viável para muitos destes "recém-chegados" como solução para o concretizar das suas expectativas, uns para se estabelecerem no país de origem e outros na esperança de terem uma vida melhor.

Este é o contexto que deu origem ao Bairro do Alto da Cova da Moura e muitos outros bairros clandestinos nesta região que se formaram ao longo da segunda metade do séc. XX.

A imagem destes bairros reflecte o seu processo construtivo que é estruturante dos modos de vida e formas de apropriação dos espaços destas comunidades, caracterizando o seu habitat e o seu habitar.

Existem diversos factores que determinam as dinâmicas das relações espaciais e as lógicas de apropriação que definem as formas de habitar. Desde logo as próprias características dos espaços agindo como factores de constrangimentos e possibilidades, mas também as próprias características dos indivíduos e o seu modo de vida na forma como estabelecem as relações sociais que vão construindo e entrosando com os espaços, conferindo-lhes familiaridade, hierarquização e significado.

Os modos de vida dos indivíduos são determinados pelas suas heranças geográficas e sociais, experiências e expectativas, que vão orientando as lógicas de apropriação da casa e da cidade, agindo assim como elementos mediadores de um imaginário produtivo perante as condições reais de existência.

Assim, as características particulares dos modos de vida de diferentes grupos sociais, estabelecem importâncias e prioridades que dotam de sentido e organização os diferentes espaços na diversidade de percursos da vida quotidiana, determinando a "forma como os usam, percebem, valorizam e transformam em lugares de identidade individual e colectiva, (...) constituindo um complexo sistema de relações e interacções entre os indivíduos socialmente organizados e o espaço que lhes serve de suporte."

Nesse processo de relação entre o espaço construído e a sua apropriação, a casa define-se como elemento centralizador e referenciador de toda a actividade social e cultural. A casa representa, acima de tudo, o núcleo privado por excelência da vida familiar e afectiva, onde se estabelecem laços de identidade local e referências centrais na organização da vida pessoal e nas formas de apropriação dos espaços quotidianos.

Desta forma, nos bairros clandestinos há uma clara correspondência entre o modelo de habitat e o modo de habitar.

A natureza rural das populações que recorrem ao clandestino, associada a um nível baixo de instrução e falta de formação profissional, ao se traduzir em fracas possibilidades de ascensão social, gera um modo de vida com base na “aquisição de aspirações e valores, de um imaginário e experiências sociais que configuram e apelam a uma concepção específica do habitat, quanto aos modelos de ocupação e às formas de propriedade.”

A propriedade do alojamento torna-se um factor importante, adquirindo um grande significado como um bem de uso e um símbolo, pelo grande investimento material e afectivo empregue, correspondente à melhoria das condições de habitação, e que representa ao mesmo tempo um património a deixar aos filhos.

A preferência tipológica está claramente na moradia unifamiliar, com horta e jardim, que expressa a afirmação de um modo de habitar estruturado por um habitus rural, permitindo ter a independência, autonomia, privacidade e possibilidade de uso alargado do espaço interior e exterior que não se identificam com o apartamento.

Assim, o modelo de habitat proporciona um modelo de apropriação, desencadeando uma forma de habitar específica.

A concretização deste modelo de habitat oferece assim “a possibilidade de uma nova articulação entre a casa e o modo de vida, em que esta age como pólo aglutinador e estruturador do próprio modo de vida.”

Tudo isto se enquadra no caso do Bairro do Alto da cova da Moura, mas com a particularidade de este apresentar um tecido social heterogéneo com mistura entre a população autóctone e alóctone, de grande dinamização cultural e forte sentido comunitário, apostando nos recursos da população em prol da comunidade, num grande esforço para mitigar o estigma social de que é alvo e colmatar as condições deficitárias em que vive, ainda que seja uma área residencial desintegrada da malha urbana envolvente e com problemas de legalidade quanto à sua propriedade, mas que no entanto reflecte ela própria essa mesma heterogeneidade que lhe dá um carácter identitário e único.

*“A história das cidades mostra a permanente relação entre a organização social e a organização do espaço urbano, e a dialéctica entre as formas de integração e coesão dos grupos e comunidades e as da sua segregação e exclusão. De facto, nesta dialéctica, o Bairro foi simultaneamente espaço de identificação, de coesão e de “defesa” de grupos e comunidades, assim como foi, ao mesmo tempo, de isolamento, exclusão e estigma social e urbano.”*

*“As condições de residencialidade que o urbanismo contemporâneo procura proporcionar, terão de ser encontradas a partir das comunidades e dos seus modos de vida e de dar resposta aos seus principais problemas e expectativas, nomeadamente, à segurança no espaço urbano, ao recreio e lazer dos vários grupos etários nos espaços comuns e públicos, ao uso dos tempos livres, à preservação da privacidade ao mesmo tempo que se proporciona o encontro social, o acesso aos serviços urbanos, e a “boa convivência” com o automóvel.”*

Arq. Bruno Soares

## 3 O Bairro do Alto da Cova da Moura

O enquadramento teórico efectuado dá assim uma melhor compreensão acerca do fenómeno das urbanizações clandestinas, relativamente às suas dinâmicas urbanas e sociais, estando estas na génese do Bairro do Alto da Cova da Moura, com particular incidência na AML e nas periferias dos seus concelhos, referente ao seu contexto territorial.

Desta forma, incide-se agora na análise aprofundada do Bairro do Alto da Cova da Moura nas suas componentes e variáveis urbanísticas e sócio-culturais, que constituem a base para a proposta efectuada no âmbito que foi proposto.

### 3.1 Enquadramento Territorial e Definição da Área de Intervenção

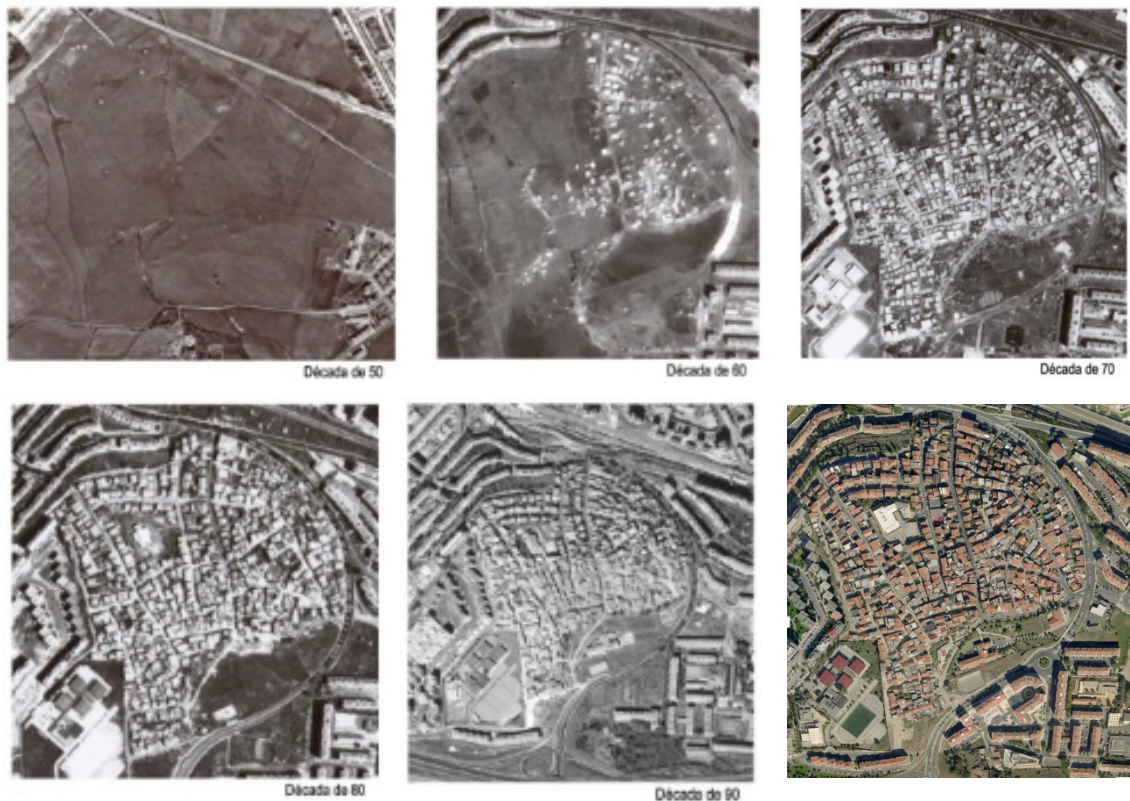
O BACM situa-se na periferia do Concelho de Lisboa, concretamente no quadrante Sul do Concelho da Amadora, junto aos seus limites com a Freguesia de Benfica, sendo que dentro deste último divide o território administrativamente entre a Freguesia da Buraca e a Freguesia da Damaia.

O local onde se configura é delimitado por uma rede de infra-estruturas de grande impacto visual e um conjunto de urbanizações de iniciativa privada: a Norte, pela linha de caminho-de-ferro de Sintra que faz fronteira com a urbanização da Damaia de Baixo; a Sul, pelo início da estrada IC 19; a Este, pela Av. da República fazendo fronteira com um conjunto urbanístico da Buraca; a Oeste, por uma urbanização típica dos anos 60 e 70, de iniciativa privada, pertencente à Damaia.

Esta delimitação constitui a definição da área de intervenção onde incidirá a nossa proposta, com uma área de 18,3 ha e que se encontra representada na folha x.

O bairro ocupa um terreno elevado numa área de 16,8 ha, com uma estrutura urbana evolutiva e flexível, configurada pelas várias fases de ocupação dos diversos habitantes e pelos sucessivos melhoramentos ao nível das infra-estruturas de saneamento básico, arruamentos, iluminação, recolha de resíduos e alguns equipamentos.

### 3.2 História e Evolução da Ocupação do Bairro



Ao enquadrar-se no processo de urbanização clandestina, a origem e o crescimento do bairro deve-se a dois factores primordiais: a proximidade de eixos de transporte rodo-ferroviários (CRIL, CREL, IC19, Linha de Sintra) além da proximidade da capital, bem como a existência de uma rede social de relações familiares ou de amizade através da qual foi tomado o conhecimento de um terreno livre para ocupação, numa altura de grande pressão urbanística na capital e nas periferias e de falta de oferta habitacional.

Pode dizer-se que as fases de ocupação deram-se em dois momentos, sendo o primeiro quando se deu o abandono da exploração agrícola na Quinta do Outeiro, no final da década de 50, surgindo assim as primeiras casas em madeira junto às barracas de apoio à actividade agrícola, construídas pelos habitantes locais, principalmente das famílias Faustino e Mouras, e pela população vinda do interior provinciano. Esta ocupação inicial instalou-se em dois núcleos extremos: um junto a uma vacaria onde se situava a casa da quinta, e outro junto a uma pedreira que já se encontrava desactivada, no limite Nordeste do bairro. Por curiosidade, tudo leva a crer que o nome do bairro tenha a sua origem na conjugação do morro (Alto) com o buraco da exploração de pedra (Cova) e o nome da família Mouras (Moura), daí Bairro do Alto da Cova da Moura. Até então crê-se que habitariam cerca de 360 pessoas no local.

Após o 25 de Abril de 1974 dá-se o segundo momento de ocupação, com a chegada dos retornados das ex-colónias seguida da chegada da população oriunda dos PALOP, maioritariamente Cabo-verdianos, que se traduziu num crescimento exponencial do volume de construções e da respectiva população. Esta era feita inicialmente junto às principais acessibilidades, onde os novos moradores iam pagando à “comunidade agrícola” para libertar os terrenos procedendo ao loteamento e construção de forma desordenada, o que depois se proliferou pela restante área disponível. O bairro estava a evoluir rapidamente, onde para além das habitações em madeira começavam a surgir em alvenaria de tijolo uni ou pluri-familiar, o que fez com que em 1978 os moradores vissem a necessidade de criar uma Comissão para melhor defenderem o bairro junto da ainda Freguesia da Amadora e da Câmara de Oeiras, surgindo assim a 1ª Comissão de Moradores através de uma eleição acompanhada pela Junta de Freguesia da Amadora. Esta e outras Comissões que se seguiram, através do diálogo com as entidades administrativas ao longo do tempo, conseguiram os melhoramentos de que hoje o bairro usufrui, relativamente às redes de água, esgotos e electricidade, telefone, escola EB1/JI, polidesportivo descoberto, entre outros, tendo também um papel importante na abertura dos arruamentos e na gestão dos terrenos.

#### **1970-1975**

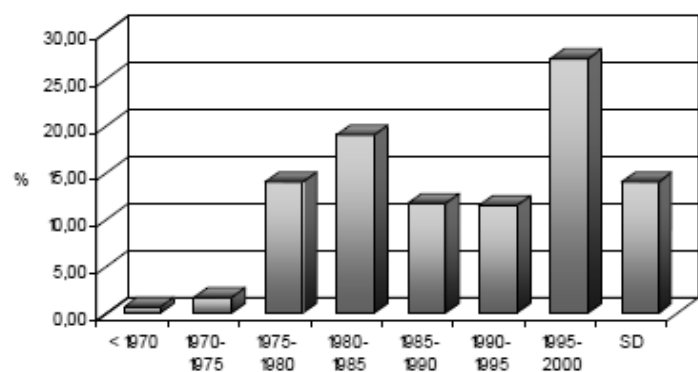
.Principal desenvolvimento do Bairro: início

#### **1975-1980**

.Grande surto de ocupação dos terrenos.  
 .Chegada dos retornados, seguida dos cabo-verdianos.  
 .Começa a surgir casa de alvenaria uni ou pluri-familiar  
 .Inicia-se a colocação de energia eléctrica.  
 .CMO deliberou a recuperação das construções.  
 .Forma-se a 1ª Comissão de Moradores composta maioritariamente por população originária das ex-colónias.  
 .Redes de água e esgotos (concluídos em 1986)

#### **1980-1985**

.CMA requer ao Governo a posse administrativa do prédio localizado na Cova da Moura, com 11,1 hectares.



Com estas melhorias foi surgindo uma crescente procura de habitação que se traduziu numa situação urbanística descontrolada, chegando ao que é hoje a imagem do Bairro da Cova da Moura: insalubre, desqualificado, inseguro.

Esta condição desencadeou naturalmente um processo de estigmatização por parte de quem não conhece a realidade sócio-cultural do bairro, incentivado pela mediatização com principal incidência nos aspectos e acontecimentos negativos.

A população foi aumentando gradualmente para cerca de 1000 habitantes em 1982, depois para cerca de 4000 em 1991, atingindo as 5000 em 2001. Estima-se que hoje em dia residam cerca de 6000 pessoas no bairro.

Essa forte procura também originou o aparecimento de um mercado informal de arrendamento, fortemente especulativo, com grande parte da população residente a viver em quartos arrendados, principalmente por trabalhadores imigrantes. Por um lado esta situação é mais problemática para os inquilinos, por outro contribui para aumentar os rendimentos familiares e garantir mais estabilidade económica dos locatários, o que se repercute positivamente do ponto de vista social.

Desta forma, uma percentagem da população é composta por imigrantes em situação de transição não sendo considerados residentes permanentes, o que não se manifesta em termos estatísticos. São maioritariamente indivíduos de nacionalidade brasileira e trabalhadores da Europa de Leste, que têm chagado nos últimos anos. Assim, a população total andar­á perto das 7000 pessoas.

### **3.3 Caracterização urbanística e sócio-cultural**

Na leitura que se faz ao contexto urbano onde se insere o BACM, revela-se um território fragmentado pelas infra-estruturas de transportes que subdividem um reticulado urbano marcadamente periférico. Estes espaços canais próximos do bairro estabelecem limites físicos e psicológicos que separam os tecidos urbanos, acentuando-se esta descontinuidade quando se vivencia o espaço exterior e interior do bairro, pela sua densidade construtiva, imagem desqualificada e irregularidade da malha urbana, resultado da especificidade do processo de ocupação e da insolvência dos problemas urbanísticos com que se depara.

Esta quebra no espaço urbano pode trazer no entanto aspectos positivos, um pouco à semelhança dos traços medievais dos bairros históricos dos quais se fazem boas apreciações pelo seu carácter identitário, pela diversidade de utilização do espaço da cidade, com diferentes percursos e experiências sócio-culturais que proporcionam, como defende por exemplo Kevin Lynch na sua visão sobre a imagem da cidade.

Relativamente à envolvente imediata do bairro, as extremidades Norte e Sul do bairro são pontos de acesso directo a grandes eixos de transporte, pelo que a malha urbana construída

contínua se divide para Este e Oeste, com grands ensemble dos ano 60 e 70 pouco interessantes mas que têm vindo a ser qualificados nos últimos anos. O lado da Damaia (Oeste) apresenta uma melhor organização urbanística, com quarteirões e arruamentos bem definidos, espaços públicos bem enquadrados e diversos equipamentos, que permitem uma melhor legibilidade do que no lado da Buraca (Este), onde a estrutura urbana é mais confusa e menos hierarquizada, mas com bastante oferta comercial e de serviços.

Desta forma, verifica-se no tecido urbano um encerramento do bairro sobre si próprio que dificulta a interligação social e funcional com a envolvente, onde existe uma grande dinâmica, o que ao mesmo tempo possibilita a criação de um tecido urbano heterogéneo cultural, social e funcionalmente com a abertura do bairro.

### *3.3.1 Morfologia*

Uma característica de grande impacto no bairro é a topografia do terreno onde se situa em forma de morro, que influencia a sua estrutura e lhe confere um lugar de destaque na paisagem urbana local. Desta forma o ponto mais elevado do bairro situa-se no seu centro, descaindo para Norte, Este e Sudeste com declive mais acentuado nas extremidades, enquanto para Oeste e Sudoeste o declive é mais constante e menos acentuado, terminando num terreno aplanado no extremo Sul.

Esta característica faz com que em alguns pontos do bairro se obtenha uma vista fantástica sobre a cidade, o que representa um factor positivo.

O bairro é composto por pequenos quarteirões, de diversas tipologias e características, cujo espaço entre eles é variado mas geralmente insuficiente bem como o espaçamento entre as habitações que é muito reduzido ou praticamente nulo. O espaço público vê-se assim confinado à rua, não existindo zonas de estar ou lazer apropriadas fora deste, pelo que à falta de zonas verdes, a rua seja o recreio, a zona de reunião e convívio predilecta desta comunidade.

O sistema viário estende-se por todo o bairro de forma irregular, fortemente influenciado pela topografia resultando em pendentes acentuadas nalguns troços, e com a tentativa de criar uma hierarquia mas sem sucesso, o que se traduz num sistema de circulação neutro. A rua torna-se assim num elemento multifuncional e prático da vivência diária para esta comunidade, mas com grandes problemas quanto à falta de equipamentos e desenho urbano.

A relação do bairro com a vizinhança é maioritariamente feita a Nascente e a Poente, onde se encontram os principais acessos ao bairro. O limite Nascente é marcado por um aglomerado de construções que formam um quarteirão contínuo com frente urbana para a Av. da

República, rasgado por pequenas ruas, becos e travessas que permitem o acesso ao interior do bairro. Este factor, apesar do efeito barreira da fachada do quarterão, confere grande permeabilidade a esta zona do bairro tornando-a mais acessível. Por outro lado, a Poente, a existência de barreiras intransponíveis como o muro da Escola D. João V e a vedação em arame que cerca um terreno nas traseiras de um bloco habitacional, tornam esta zona do bairro mais impermeável quanto às acessibilidades e contacto visual. A estrutura urbana do bairro junto a este limite é composta por pequenos quarteirões desordenados e ruas tortuosas, tornando a sua leitura confusa. Já a estrutura urbana da envolvente, aparentemente mais organizada, não permite um acesso fluido, tanto viário como pedonal ao bairro. A Nascente verifica-se o oposto, pois tanto a estrutura urbana da envolvente como os acessos viários ao bairro proporcionam um melhor acesso físico e visual.

Relativamente ao limite Norte e Sul, encontra-se também diferenças quanto à sua exposição e configuração: a Norte situa-se um terreno estreito mas extenso e de declive acentuado, nas traseiras de um bloco habitacional, com um acesso pedonal a Este numa das extremidades; a Sul situa-se a Santa Casa da Misericórdia e um polidesportivo descoberto, num terreno que faz frente com a Av. da República e que pode ser melhor aproveitado, podendo ter continuidade tanto do outro lado da avenida como no terreno planado onde os moradores cultivam algumas hortas, junto à Escola D. João V.

Esta última zona mais exposta do bairro, que também é a mais verdejante, tem assim um grande potencial na requalificação do bairro, podendo transmitir uma nova imagem e trazer uma nova dinâmica mais interactiva a este sector.

Quanto ao parque construído, predominantemente habitacional, é possível distinguir dois tipos de configuração urbanística correspondentes à ocupação que ocorreu após o 25 de Abril, e que representam a única manifestação de diferença cultural com expressão no espaço construído, constituídos pelo “quarteirão europeu” e “quarteirão africano”. Esta denominação é reconhecida pelo próprio bairro, não se reflectindo em qualquer tipo de fronteira ou divisão territorial no quotidiano da comunidade.

O “quarteirão europeu” é ocupado pela população de naturalidade portuguesa vinda das ex-colónias ou do interior do País, localizando-se na zona norte do bairro onde a malha urbana é ortogonal e as habitações são moradias unifamiliares isoladas ou geminadas, com implantação no centro do lote e um espaço exterior murado, que faz a separação entre o espaço público e o espaço privado. Nestes espaços tem lugar a garagem ou a construção de um anexo, sobrando sempre um pátio ou um espaço hortícola. As tipologias habitacionais correspondem portanto ao modelo da casa moderna das zonas rurais, naturalmente influenciadas pela origem dos residentes. A sua construção era faseada, de acordo com a disponibilidade financeira e com a ajuda de familiares e amigos. Há no entanto uma uniformidade quanto às cérceas, não ultrapassando geralmente os dois pisos com cobertura em telha de duas águas, o

que não permite a sua evolução na vertical. Um dos pisos por vezes destina-se ao inquilino, no caso de arrendamento, a comércio ou a um filho casado, o que implica a construção de um acesso independente assegurado por uma escadaria exterior.

Quanto ao desenho da fachada, os vãos das janelas apresentam diversas dimensões sendo os maiores associados às divisões principais e os mais pequenos às casas de banho, arrumações ou cozinhas. A construção das janelas é feita com diversos materiais e elementos decorativos. Normalmente há sempre a existência de um balcão que serve de varanda ou marquise, típico nestes modelos habitacionais.

Em termos regulamentares este quarteirão apresenta-se mais próximo da normalidade, com alinhamentos e dimensionamentos razoáveis, devido ao facto dos residentes terem sido os primeiros a chegar ao bairro logo tendo mais espaço de construção.

No geral, a imagem deste sector do bairro aparenta-se mais cuidada e homogénea do que no sector correspondente ao “quarteirão africano”. Nesta área reside a população maioritariamente vinda dos PALOP que ocupa a zona centro e sul do bairro e a zona Este junto à Av. da República, onde a malha urbana é mais desordenada e os quarteirões apresentam as mais diversas configurações, com reentrâncias que dão para becos estreitos, possibilitando o acesso público ao interior dos quarteirões e uma maior permeabilidade na circulação entre os diversos espaços deste sector. As habitações são por norma de um só piso, podendo ser acrescentados outros à medida que a família cresce, bem como anexos para aumento do espaço habitacional ou para a prática de um ofício. Desta forma, as coberturas são maioritariamente planas permitindo a evolução vertical das construções. À semelhança do “quarteirão europeu”, encontram-se muitos acessos exteriores feitos por escada entre o rés-do-chão e os restantes andares, que estabelecem a independência dos diversos pisos. Quanto ao espaço exterior é habitualmente destinado a uma pequena horta ou pomar nas traseiras, mas com a evolução construtiva que as habitações sofreram muitos foram substituídos por anexos, o que fez aumentar os problemas de salubridade no interior dos quarteirões. Evidencia-se assim uma maior desregulação e desordenamento nesta área do bairro, provocado pela liberdade de construção guiada pelas necessidades dos moradores de forma individual. Consequentemente, a imagem do “quarteirão africano” reflecte as características da forma de construir e apropriar o espaço africanas e maioritariamente cabo-verdianas, obtendo assim uma diversificação dos materiais usados e as fachadas o mais personalizadas possível, em jeito de concorrência. No entanto, relativamente aos materiais de construção e destaca-se a passagem da construção em pedra, típica em Cabo-Verde, para a construção em tijolo.

Em ambos os quarteirões salienta-se a força de trabalho transversal a todas as construções, inserida no conceito cabo-verdiano “Djunta Mó” no qual se funde a vontade de uma comunidade aplicada à construção e a outras iniciativas em prol de todos.

*“A morfologia urbana pode tornar-se «paisagem global» quando, para além da arquitectura e engenharia, surgem espaços públicos de socialização e sustentabilidade através da natureza tornada parte integrante do espaço construído.”*

Jacinto Rodrigues

### 3.3.2 Edificado

#### Caracterização geral

De acordo com os dados facultados por um estudo realizado pelo LNEC em 2008, o Bairro do Alto da Cova da Moura é constituído por 1617 habitações em 833 lotes, de variadas tipologias formais e funcionais.

Na sua totalidade, a área edificada do bairro constitui 118 805 m<sup>2</sup> ou seja, 70,5% de todo o bairro o que demonstra a elevada densidade construtiva, no entanto comparável à dos bairros históricos de Lisboa como Madragôa (75,6%) ou Alfama (65,3%).

A volumetria do edificado é composta entre um e cinco pisos, embora a grande maioria seja de dois ou três pisos, seguidamente de um piso e por último quatro ou cinco pisos representam uma pequena percentagem.

Os usos desta volumetria distribuem-se da seguinte forma: residencial (86,7%), seguido de serviços (6,5%), comércio (2,5%), estacionamento coberto (1,6%), outros (1,3%) e armazém (1,2%). Agrupando estes usos em três categorias temos uma melhor percepção da sua representação e dimensão no bairro: armazém e garagem; cultural, educativo, religioso e associativo; comércio e serviços (Folha x).

Uma das características deste bairro é a sua oferta na área do comércio e serviços que divulgam a cultura deste povo heterogéneo, existindo até um roteiro que dá a conhecer a gastronomia e serviços típicos elaborado pelo Projecto Sabura\*.

#### Equipamentos colectivos

Em todo o bairro existem sete equipamentos colectivos que desempenham funções na área da acção social, educação e desporto (folha x). Estes equipamentos dão resposta às principais necessidades da população, embora com muito poucos recursos e muito empenho da comunidade. No entanto são necessárias outro tipo de estruturas que complementem as actuais e possibilitem outras actividades, nomeadamente no âmbito cultural, recreativo e de lazer.

## **Implantação no lote**

Em termos de implantação no lote identificam-se três tipologias principais, que ajudam a perceber a relação dos edifícios com a via pública:

L1 - O lote coincide com o perímetro do edifício, encontrando-se este à face da via. Aqui o acesso à habitação é feito directamente, com ou sem recurso a degraus, rampa ou através de um pequeno espaço construído sobre a via. Este tipo de implantação é mais recorrente no “quarteirão africano”;

L2 - O lote é maior que o perímetro do edifício para um dos lados. Aqui o acesso normalmente é feito através do espaço sobrance, com ou sem recurso a degraus ou rampa sobre a via. Este tipo de implantação verifica-se em ambos os quarteirões;

L3 - O lote é maior que o perímetro do edifício para dois dos lados. O acesso é feito através de um deles com ou sem recurso a degraus ou rampa sobre a via. Esta situação verifica-se mais no “quarteirão europeu”.

No conjunto, a maior parte das fachadas verificam-se desalinhadas relativamente à via, o que em alguns casos resulta em percursos de passagem interessantes mas noutros provocam estreitamento da via, prejudicando a circulação e acessibilidade.

É principalmente no “quarteirão europeu” que se verifica o alinhamento relativamente à via devido ao loteamento reticular.

## **Estado de conservação**

Relativamente ao estado geral de conservação do edificado e de acordo com o estudo do LNEC acima referido, “são frequentes e bem identificáveis situações graves numa ampla zona localizada entre a sequência urbana «Rua da Paz - Rua dos Reis - Rua da Madeira - Rua de S. Tomé e Príncipe - Travessa da Av. Da República» e boa parte do limite sul do Bairro, zona que se estende, ainda, por uma parte significativa do limite nascente do Bairro, que confina com a Av. Da República; há, no entanto, que destacar, positivamente, nesta zona um quarteirão «triangular» delimitado pelas ruas de São Domingos, de Santa Filomena e de Cabo Verde”.

Esta mancha é identificável na figura x onde também se pode verificar a zona onde o estado de conservação do edificado é melhor, considerado Bom/Razoável.

Estima-se que 221 fogos estejam devolutos, ou parcialmente devolutos, distribuídos uniformemente pelo bairro (folha x).

Uma parte destes fogos pode ser reconstruída para alojamento ou novas infra-estruturas urbanas.

No geral, o parque edificado é bastante diversificado tanto em termos funcionais como formais, o que favorece o dinamismo e convivência comunitária embora o seu estado de conservação seja um entrave a uma melhor oferta que incite outras populações e comunidades vizinhas a frequentá-lo.

### *3.3.3 Espaços exteriores*

Os espaços exteriores do bairro são quase na totalidade limitados à rua. A excepção vai para o terreno no limite sul do bairro, em parte aproveitado para cultivo, estando o restante ao abandono; o terreno onde se situa o polidesportivo mas que para além deste equipamento não tem aproveitamento; o terreno no limite Este que apenas tem um carreiro de atravessamento para o exterior do bairro e uma parte com uma horta; e para o talude a Norte também desaproveitado na sua maioria mas que possibilita o seu atravessamento numa das extremidades.

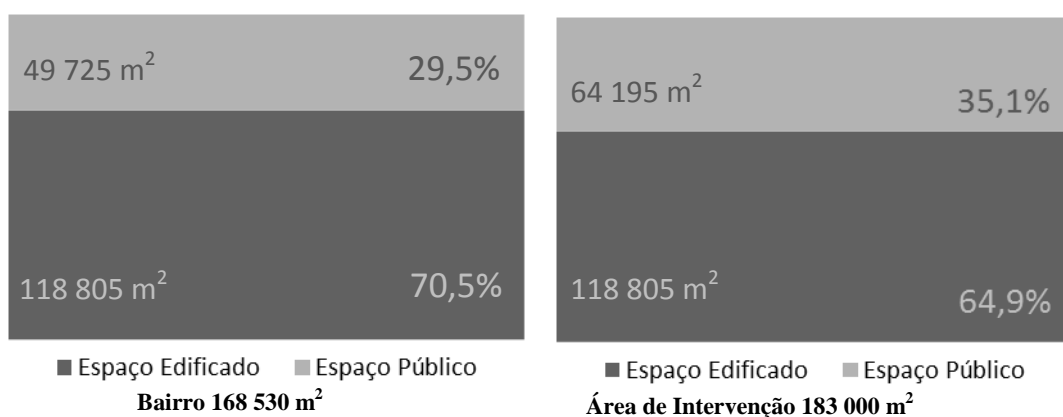
Fora estes espaços descritos, resta a rua como espaço para todas as actividades urbanas exteriores e onde se pode distinguir algumas zonas de maior frequência e actividade, entre os quais o Largo de Sta. Filomena ou o Largo da Bola. No caso do Largo de Sta. Filomena, no cruzamento da Rua de Sta. Filomena com a Rua de S. Domingos, acontece uma feira local geralmente ao fim de semana assim como é lugar-comum nas festas realizadas no bairro, o que revela a sua multifuncionalidade.

Destaca-se o Largo do Moinho como espaço de referência local e centralidade devido ao marco que representa o moinho. No entanto, este espaço está muito mal cuidado e não reflecte o seu património, camuflado entre contentores do lixo e os edifícios adjacentes.

Uma das características de alguns espaços exteriores é a vista privilegiada sobre a envolvente, principalmente a Norte/Nordeste, devido à topografia do bairro. Esses pontos podem tornar-se referência local e atractivo para visitantes através do seu aproveitamento, com uma nova configuração dos espaços e mobiliário urbano adequado.

Outra característica é a venda de produtos à porta, onde alguns moradores instalam as suas bancas na via pública gerando uma actividade interessante, útil e típica do bairro. No entanto, as condições de salubridade não são as adequadas e por vezes o espaço onde se realiza não é protegido.

Relativamente à totalidade do espaço público este representa 29,5% de todo o bairro, ou seja, 49 725 m<sup>2</sup> sem contabilizar com o terreno no limite Sul, o terreno no limite Este e o talude a Norte, o que somado ao espaço construído faz um total de 168 530 m<sup>2</sup>. No entanto, somando os terrenos referidos que totalizam 14 470 m<sup>2</sup> ao espaço público, obtém-se um total de 183 000 m<sup>2</sup> que representam a área de intervenção.



### Mobiliário Urbano

O mobiliário urbano é praticamente inexistente, existindo apenas uma cabine telefónica em todo o bairro, uma ou outra sinalização e alguns pontos de recolha de resíduos.

Esta é uma das grandes lacunas em termos de suporte da vida urbana e imagem do bairro, devendo ser considerada, por exemplo, a sinalização dos serviços e comércio do bairro ou inclusão de bancos junto às habitações onde muitas vezes é espaço de estadia e convívio, assim como marcos de correio.

### Recolha da Resíduos Sólidos Urbanos

A recolha de resíduos é efectuada em alguns pontos do bairro através de um ecoponto e alguns contentores para resíduos indiferenciados. No entanto a recolha efectuada por parte da Câmara Municipal da Amadora não é muito frequente o que provoca acumulação de resíduos e consequente insalubridade.

Estes meios de deposição de resíduos poderiam ser repensados para promover uma melhor sustentabilidade a par de campanhas ecológicas de consciencialização.

#### 3.3.4 Acessibilidades (mapa de acessibilidades)

Relativamente ao acesso ao bairro o lado nascente torna-se mais facilmente acessível devido à artéria Av. da República que tem relação directa com o bairro tanto pedonal como de automóvel. Por esta via encontram-se quatro acessos para veículos e vários acessos pedonais, principalmente através de becos e travessas que permitem o atravessamento do quarteirão que faz frente com a avenida. Apesar da vantagem destes acessos, o estado de conservação deste sector não se revela convidativo ao seu atravessamento, para além da falta de sinalização ou atractivo que incitem a sua utilização.

Os restantes acessos situam-se a poente, do lado da Damaia, e podem ser feitos a Norte pela Rua da Ladeira, ao centro pela Rua do Colégio e a Sul pela Rua Dr. Francisco Sousa Tavares. Para além destes existem mais dois acessos exclusivamente pedonais a Norte.

Todos os acessos, tanto a poente como a nascente são alcatroados.

O sistema de circulação do bairro é composto por ruas, travessas e becos que resultam em largos ou até espaços multifuncionais, embora não se distinga qualquer hierarquia viária pelo que a esmagadora maioria do bairro é acessível tanto de automóvel como a pé ou bicicleta sem restrições. No entanto a morfologia de algumas ruas dificulta principalmente a circulação automóvel devido a estreitamentos. Este é um caso frequente por culpa da implantação das construções levadas até ao limite, resultando numa estrutura viária diversificada da qual se pode tirar partido.

Apesar de não existir uma hierarquia assumida, é possível distinguir arruamentos principais que fazem a distribuição do trânsito para ruas que poderão ser consideradas secundárias, constituindo assim a estrutura principal de circulação. Os restantes becos e travessas fazem essencialmente o atravessamento de quarteirões.

#### Perfis

Com base num levantamento efectuado pelo autor de um número significativo de ruas do bairro através das fichas de levantamento de vias em anexo, foi possível identificar a nível de perfis três tipos principais:

Tipo ①A via de circulação encontra-se directamente com a fachada do edifício, sem a existência de passeio ou sistema de drenagem de águas pluviais. Quanto aos materiais a pavimentação pode ser de três tipos: alcatrão, cimento ou gravilha/terra batida;

**Tipo 1** - A via é composta pela faixa de rodagem, passeio e sistema de drenagem de águas pluviais. Quanto aos materiais a pavimentação da faixa de rodagem é em alcatrão, o passeio em cimento e o sistema de drenagem de águas pluviais em cimento ou paralelo de granito;

**Tipo 2** - A via é composta pela faixa de rodagem e pelo sistema de drenagem de águas pluviais. Quanto aos materiais a pavimentação da faixa de rodagem é em alcatrão e o sistema de drenagem de águas pluviais em cimento.

Nalguns casos, a um arruamento pode corresponder um ou mais perfis, como é o caso da Rua do Colégio onde apenas uma parte está alcatroada.

Sempre que necessário o acesso às habitações é feito através de alguns degraus ou rampa devido à inclinação das ruas.

Quanto ao estado de conservação, a grande maioria dos arruamentos do bairro estão alcatroados, restando apenas alguns em gravilha/terra batida principalmente na zona Este. A generalidade dos arruamentos alcatroados estão em necessidade de repavimentação e quanto aos restantes destaca-se a gravidade da situação na zona noroeste do bairro onde a Rua do Colégio se encontra em muito mau estado.

### **Infra-estruturas**

As redes públicas de água, electricidade e esgotos abrangem a grande maioria do bairro já há bastante tempo embora apresentem várias falhas, não respondendo na totalidade às necessidades de todos os moradores do bairro.

Não existe instalação de rede pluvial, pelo que a drenagem das águas pluviais é feita em apenas alguns arruamentos através de um sistema de drenagem à superfície que escoar a água consoante o declive, não existindo qualquer canalização.

A iluminação pública revela-se insuficiente principalmente nos becos e ruelas muitas vezes tornando-se factor de insegurança. A instalação da rede eléctrica é feita pelo exterior através de postes de madeira ou cimento onde estão instaladas as luminárias, o que resulta numa longa extensão de cabos de electricidade suspensos no ar provocando alguma poluição visual. Regista-se também a falta de bocas-de-incêndio.

## Estacionamento

O estacionamento é efectuado sem qualquer ordenamento, uma vez que não existem lugares específicos para o efeito. Os passeios que foram criados são ao nível da via de circulação para também permitirem algum estacionamento, mas entende-se que não seja uma solução adequada porque resulta na obstrução do percurso pedonal além de não ser suficiente. O restante estacionamento é efectuado à porta das habitações sempre que possível.

## 4 Proposta de reabilitação do Bairro do Alto da Cova da Moura

Como já foi referido, uma premissa inicial foi a opção pela preservação do parque habitacional através do restauro da sua estrutura, tanto quanto possível, de forma a manter a essência deste bairro que reside na sua auto-construção, projectando conseqüentemente uma identidade própria e heterogénea reconhecida no meio urbano. Desta forma, foi apenas considerada a intervenção em edifícios considerados devolutos ou parcialmente devolutos de acordo com o estudo do LNEC, sempre que se ache pertinente para a implementação do programa proposto.

Conseqüentemente estabeleceu-se as directrizes da proposta de intervenção, que incide naturalmente no espaço público, resultando na seguinte fórmula:

$$\begin{array}{c} \text{Revitalização do espaço público} \\ \oplus \\ \text{Propostas de equipamento público} \\ = \\ \textbf{REGENERAÇÃO DO TECIDO URBANO} \end{array}$$

Ao nível da revitalização do espaço público pretende-se:

- Reestruturar o sistema viário, propondo novas tipologias e perfis de arruamentos, adequados às diversas actividades de rua e aos novos espaços urbanos;
- Remodelar o sistema de circulação, para um melhor usufruto da via pública por parte de todos os intervenientes sem obstruções;
- Introduzir novos espaços públicos, com novas valências, através do desenho urbano

Ao nível das propostas de equipamento público considera-se adequada:

- A criação de um Centro Comunitário com um programa diversificado e abrangente na resolução de algumas necessidades, destinado a todas as faixas etárias;
- A reabilitação do Jardim-de-infância da Associação Cultural o Moinho da Juventude
- A criação de um mercado coberto onde, por exemplo, podem ser vendidos produtos cultivados nas hortas urbanas, entre outros;

- A reabilitação do polidesportivo da Cova da Moura com a instalação de uma cobertura e uma pequena estrutura de apoio à actividade física;

A primeira abordagem para descodificar o espaço público a que esta formula se destina, passa por analisar a relação deste espaço com o espaço edificado através do seu negativo, obtendo uma analogia entre os cheios e os vazios que permite perceber a matriz morfológica dos diversos espaços urbanos e as relações entre eles. (Folha A3 e A4)

Com base nesta análise foi possível identificar os espaços que melhor se adequariam ao programa proposto, embora fosse necessária uma análise mais profunda das diversas relações de sectores considerados chave, com o objectivo de perceber o seu papel no bairro e assim intervir de forma pontual mas eficaz.

Assim, efectuou-se uma leitura do bairro que resultou numa planta estratégica para a regeneração do tecido urbano (ver anexos):

### Zonas

A zona Sul do bairro terá grande impacto na nova relação com a envolvente.

É marcada pelo Iar da Santa Casa da Misericórdia que ocupa uma grande extensão de terreno murado, por um quarteirão residencial e por dois terrenos de dimensão considerável onde num deles se encontra o polidesportivo.

Aqui se encontra uma das principais entradas no bairro que tem dois acessos.

A Zona 1 deixará de ser um espaço de transição morto e abandonado para passar a ser não só uma zona de passagem automóvel e pedonal, mas também uma zona de estar e de vivência diária possibilitada por um novo equipamento e mobiliário urbano; O objectivo é que funcione como um quarteirão de transição entre uma área mais cosmopolita e exposta (Av. Republica, IC 19, Bairro da Tacha) e uma área mais "reservada" e comunitária (Bairro); para esta zona é importante a relação com o muro da escola, a Zona A e a Av. da Republica.

A Zona 3 estará associada a um espaço desportivo, de passagem pedonal e ligação com o parque/jardim junto à bomba de gasolina; reabilitar-se-à o polidesportivo com uma cobertura; a relação desta Zona com a Zona 1 é importante.

A Zona A é essencialmente residencial, com muito poucos serviços e comércio e alguns armazéns e garagens; é contornada do lado esquerdo pela Rua do Liceu, a norte pela Zona B, do lado direito pela Zona 2 por onde passará a continuação da Rua do Moinho, e a sul pela

Zona 1 por onde passa a Rua 7 de Junho; para esta zona pretende-se reabilitar o edificado e melhorar os arruamentos, definindo também regras de circulação e zonas de estacionamento.

A Zona 2 será totalmente renovada, com algumas demolições e a reabilitação do Jardim de Infância que lá se encontra; fará nova ligação com a restante Zona D através da Travessa do Outeiro, com a Rua do Moinho e a Rua do Outeiro que faz frente com a Santa Casa da Misericórdia.

A Zona 4 (Rua 8 de Dezembro) é ladeada pela Santa Casa da Misericórdia e pela Zona G; o contacto com a Santa Casa é barrado por um muro + vedação junto ao qual se estacionam os automóveis; para além de ser uma zona com bastante trânsito automóvel e pedonal, a actividade desta rua deve-se ao comércio e serviços oferecidos pela Zona G em toda a sua extensão; a remodelação desta zona deve albergar esta actividade, proporcionar estacionamento e talvez possibilitar um mercado semanal com algumas bancas; possivelmente fazer uma ligação pedonal aérea através da Sta Casa; é uma das principais vias de acesso ao bairro.

A zona Central do bairro é onde se concentram as principais actividades comerciais e de serviços e também os principais equipamentos educativos, associativos e culturais.

É atravessada pela Rua Principal e pela Rua do Moinho no sentido transversal.

Aqui a actividade na rua é maior, existindo vários pontos de reunião e convívio em diversos espaços do bairro.

A Zona B, a nascente, caracteriza-se pela grande convivência e actividade interna que tem lugar nas ruas internas deste sector, onde a rua serve de espaço de recreio ou até para cozinhar! Considera-se importante a manutenção destas actividades nesta zona.

A Zona D necessita de uma ligação entre a travessa do Outeiro e a Rua do Outeiro, sem que seja necessário atravessar o espaço do Jardim de Infancia como ocorre actualmente. A remodelação desta zona possibilitará também maior espaço público na via.

A zona E é caracterizada pelas ruas estreitas paralelas que no entanto facilitam bastante a acessibilidade na zona, o que pode possibilitar uma ligação interessante entre a Rua do Chafariz e a Rua dos Reis. A introdução de um mercado coberto (Zona 7) nesta zona dará mais vitalidade ao espaço urbano.

A zona H é característica pela diversidade de espaços positivos/agregadores onde acontecem as mais diversas actividades, desde o cruzamento da Rua de Sta Filomena com a Rua de S.

Domingues onde se realiza uma feira ao Largo da Bola onde é frequente o convívio de rua. Pretende-se dinamizar esta actividade bem como os restantes espaços positivos.

A Zona I é mais reservada, relativamente à envolvente, pelo que se deve ter em consideração.

Na Zona J pretende-se criar um espaço de estadia, convívio e atravessamento (Zona 9) por forma a incentivar a sua passagem e mitigar o sentimento de insegurança.

A Zona K é unicamente residencial pelo que não será alvo de intervenção específica.

Na zona F pretende-se devolver o centro do bairro aos moradores (Zona 6), tirando partido do moinho e do espaço à sua volta.

A zona C tirará partido da intervenção na Zona 5, onde se estabelecerá uma nova relação com o exterior do bairro através de novos percursos e novas valências como hortas urbanas, mobiliário urbano de recreio, estadia e lazer, estabelecendo assim uma relação indirecta com a Zona 6.

Por fim, a Zona G será regenerada através da Zona 8 que também albergará novos usos com percursos pedonais diferenciados do actualmente oferecido, um parque infantil e acesso à urbanização vizinha.

A ligação de todos estes espaços através do percurso mais directo resulta assim num tecido regenerador de todo este espaço urbano.

Ao nível do sistema viário propõe-se, por exemplo, a diferenciação destes percursos relativamente aos restantes através da pavimentação, mobiliário urbano ou outros, de forma a se tornarem chamativos ou curiosos ao seu usufruto.

## **Sustentabilidade**

Uma das características desta comunidade relativamente à sustentabilidade ambiental é o cultivo de hortas urbanas. A este nível, por exemplo, propõe-se a utilização de contentores de compostagem para o cultivo das hortas, reutilizando os resíduos orgânicos; ao nível da intervenção viária propõe-se a utilização de materiais provenientes de resíduos de construção; para o mobiliário urbano, assim como os parques infantis propõe-se a utilização de materiais ecológicos; novos ecopontos; a nível do parque edificado sugere-se a implementação de painéis fotovoltaicos ou painéis solares, bem como sistemas de captação de águas pluviais que também podem ser utilizados para as hortas.

Considera-se que com estas medidas, assim como de palestras de consciencialização se pode, aos poucos, mudar um pouco hábitos urbanos para um ambiente mais saudável para todos.

## 5 Conclusão

No geral, considera-se que estes bairros têm muito de genuíno e que pode ser aproveitado por toda a comunidade para uma vivência urbana diferenciada e atractiva.

É por isso fundamental uma intervenção cuidada e pensada, que tire partido dessa factor que é cada vez mais importante manter no espaço urbano.

Por este motivo, considera-se que o restauro do parque edificado em conjunto com uma proposta de regeneração do tecido urbano seja uma solução viável e que melhor se adequa ao contexto local, preservando a história, carácter e identidade do bairro mas também dinamizando os diversos espaços através de intervenções pontuais.

Considera-se ter efectuado uma proposta que satisfaz as necessidades do bairro, revitalizando-o, o que resultaria numa maior interactividade com as comunidades vizinhas e consequente integração no tecido urbano envolvente.

## 6 Bibliografia

T. B. Salgueiro, Bairros Clandestinos na Periferia de Lisboa, CEG, IAC, 1972

Matos, Fátima, Breve Análise da Construção Clandestina, Revista da Faculdade de Letras-Geografia, I Serie, Vol V, Porto, 1989

Estevens, Ana, As expressões espaciais da segregação residencial na Área Metropolitana de Lisboa

Soares, Luís, O Planeamento na Área Metropolitana de Lisboa, 2001

T. B. Salgueiro, O desenvolvimento urbano de Lisboa

George, Pedro, Morgado, Sofia, Dinâmicas de uso e ocupação do solo no território metropolitano de Lisboa 1940-2001

Ferreira, Carlos, O projecto nas periferias: dos limites da cidade à intermunicipalidade

Vaz, Claudia, Estudo antropológico Cova da Moura

Rodrigues, José, Ecologia urbana de Lisboa na segunda metade do séc. XVI

Relatório Síntese sobre as condições de habitabilidade realizado pelo LNEC

Rodrigues, Jacinto, Sociedade e território - Desenvolvimento Ecologicamente Sustentado

Coelho, Anténio; Pedro, João, Do Bairro e da -vizinhança à Habitação, LNEC

Amado, Pires, Planeamento urbano sustentável

Benevolo, Leonardo - Diseño de la Ciudad, Barcelona